

GUIA DE PLANEJAMENTO



2017

Fundação Oswaldo Cruz
Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional
Diretoria de Planejamento Estratégico

Guia de Planejamento Fiocruz 2017
Novembro de 2016

Elaboração: Equipe da DIPLAN

Cláudia Santos Turco (Diretora)

Alessandra Campos

Aline Bittencourt

Cláudia Menezes

Delson Silva

Gabriel Simões

Gabriela Luna

Grace Mafra

Helena Qassim

Joaquim Netto

Mário Romar

Monica Silva

Patrícia Araújo

Soraya Assis

Sueli Motta

Emmanuelle Lopes

Tatiana Cerginer

Colaboradores:

Cláudia Martins – VPPLR

Kizzy Macedo Benjamin – CGTI

Leonardo Morais Maguela – EPSJV

Rosana de Souza Gomes – VPPLR

Edição:

Gustavo Mendelsohn de Carvalho – CCS/Fiocruz

Sumário

Termos e Definições.....	3
Introdução	4
1. Diretoria de Planejamento Estratégico da Fiocruz – DIPLAN	5
2. Orçamento Público - Cenário	6
3. Planejamento Fiocruz.....	7
3.1. Participação no Plano Plurianual de Governo 2016-2019.....	7
3.2. Planejamento Estratégico da Fiocruz.....	10
3.3 Plano Anual 2017.....	12
3.3.1 Fontes de Receita.....	12
3.3.2. Natureza de Despesa	14
3.3.3 Categorias de Programação	14
3.3.4 – Orientações de Programação por área finalística, programas e/ou ação orçamentária.....	17
3.3.5 Etapas de Elaboração do Plano Anual	29
4. Planos de Desenvolvimento Institucional.....	32
4.1. Plano Diretor de Investimento – PDI	32
4.2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação	32
5. Monitoramento e Avaliação	35
Documentos de Referência	40
Anexo I – Participação da Fiocruz no PPA 2016-2019 e PLOA 2017	41
Anexo II – Produtos da Ação 7674 – Modernização - referentes a Qualidade	46
Anexo III - Guia de Orientação para a Classificação de Elementos de Despesas de Tecnologia da Informação	48

Termos e Definições

Caderno do VII Congresso Interno: documento que trata sobre as propostas dos rumos estratégicos de médio e longo prazo da Fiocruz, que se encontra em discussão, que será submetido à aprovação pelo referido colegiado em dezembro de 20154.

Diretrizes Orçamentárias: documento aprovado pelo Conselho Deliberativo e que tem como principal objetivo garantir a implementação das estratégias, projetos e operações da Fiocruz em um ambiente de constrangimento orçamentário.

Investimentos: despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Lei Orçamentária Anual (LOA): instrumento de gestão com ênfase nos aspectos financeiros e físicos, compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA). A LOA estima receita e fixa a despesa para o período de um ano, visando o atingimento de objetivos pré-estabelecidos da política governamental.

Manual Técnico de Orçamento (MTO): é um instrumento de apoio aos processos orçamentários da União que é editado, anualmente, no início do processo de elaboração da proposta orçamentária pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP).

Operações: processos da organização que se caracterizam pela execução contínua de um conjunto de atividades que produzem um determinado produto (bem ou serviço) de forma repetitiva. As operações são esforços permanentes que utilizam recursos definidos e realizam basicamente o mesmo conjunto de atividades.

Outras Despesas Correntes (ODC): despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Plano Anual (PA): relaciona o conjunto de operações e projetos da Fiocruz que devem ser executados pelas unidades no ano corrente. Incluem as respectivas metas físicas e as previsões de despesas operacionais segundo fontes de receita.

Plano de Longo Prazo (PLP) da Fiocruz: documento elaborado no VI Congresso Interno que inclui a análise situacional, a missão e a visão da Fiocruz, assim como seus objetivos estratégicos.

Plano Plurianual da Fiocruz (PPA- Fiocruz): conjunto de ações do PPA setorial do MS, cuja execução encontra-se sob a responsabilidade ou contribuição da Fiocruz.

Plano Plurianual do Governo Federal (PPA): instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. (MP, 2015).

Plano Estratégico Fiocruz 2015-2018 (PEF): documento elaborado no VII Congresso Interno que demonstra a estratégia para o quadriênio no formato de eixos temáticos de atuação e seus respectivos objetivos estratégicos.

Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA): projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo contendo a estimativa da receita e fixação da despesa para determinado exercício financeiro. Depois de aprovada pelo Legislativo, sancionada pelo Presidente da República e publicada na imprensa oficial, converte-se na Lei Orçamentária Anual. Nos termos da Constituição, a proposta orçamentária deve observar as disposições do Plano Plurianual em vigor, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício (MP, 2016).

Projetos: constituem um esforço temporário, empreendido com a finalidade de criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. O caráter temporário indica que projetos devem ter um início e término definidos em marcos temporais precisos. O término é alcançado quando os objetivos forem atingidos ou, alternativamente, quando se concluir que esses objetivos não serão ou não poderão ser atingidos.

Introdução

A Diretoria de Planejamento Estratégico (Diplan) atua como unidade de apoio à Presidência, ao Conselho Deliberativo (CD) e a outros órgãos da Fiocruz na tomada de decisões estratégicas, oferecendo assessoria e subsídios para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de saúde, assim como de instrumentos e processos de planejamento e gestão.

O Guia de Planejamento é considerado documento de referência para a elaboração do planejamento anual das unidades técnico-científicas e da presidência da Fiocruz, incluindo as unidades técnico-administrativas a ela vinculadas. Neste sentido, o Guia apresenta as principais orientações para a elaboração do Plano Anual (PA), destacando também as alterações ocorridas em relação ao ciclo de planejamento anterior, no que se refere tanto às diretrizes estratégicas quanto às operacionais.

Em seu primeiro capítulo apresenta as diretrizes estratégicas da Diplan e sua estrutura, além de temas que a Diplan pretende explorar nos próximos anos junto às Unidades da Fiocruz, em uma perspectiva de construção de um projeto para o fortalecimento do Sistema de Planejamento institucional.

O segundo capítulo traz uma breve descrição da situação do orçamento Fiocruz frente ao cenário econômico restritivo do país, mas que, ao mesmo tempo, tem possibilitado uma revisão nas práticas de gestão na busca por uma melhor utilização dos recursos institucionais. São descritas, desta forma, as estratégias traçadas pela instituição para minimizar os impactos do constrangimento orçamentário.

O terceiro capítulo é a essência da Guia de Planejamento, nele são descritos os Planos de Governo e suas peças de planejamento, assim como os planos da Fiocruz, tanto o plano estratégico quanto operacional (PA). Inclui, ainda, as orientações gerais para qualificar cada vez mais as informações a serem inseridas no sistema informatizado de planejamento, o SAGE.

Finalmente, os demais capítulos tratam dos planos da tecnologia da informação e do plano diretor de investimento, além reforçar os compromissos no monitoramento e avaliação institucional.

1. Diretoria de Planejamento Estratégico da Fiocruz – DIPLAN

A Diretoria de Planejamento Estratégico é uma das unidades técnico-administrativas da Fiocruz, integrante da Diretoria Executiva, sob a coordenação da Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional - VPGDI.

Missão

Coordenar as ações de planejamento e promover a gestão estratégica na Fiocruz de forma transparente, participativa e inovadora, visando o alcance dos objetivos e a sustentabilidade da instituição.

Visão

No horizonte de 2022, alcançar a excelência em planejamento de instituições de C, T & I em saúde, consolidando o papel, na Fiocruz, de principal articulador dos processos de formulação e implementação da estratégia organizacional.

(Oficina Diplan, junho/2014)

A Diplan estrutura-se em três principais áreas:

1. Coordenação de Cooperação Técnica (CCONV)

Coordena as atividades de Celebração, Monitoramento e Prestação de Contas, de todos os tipos de instrumentos e acordos de cooperação técnica nacional da Fiocruz.

2. Coordenação de Estudos e Projetos Estratégicos (COEPE)

Desempenha e apoia as atividades relativas ao monitoramento e avaliação do Desempenho Institucional (ADI) e do Plano Estratégico da Fiocruz. Lidera ainda projetos de desenvolvimento institucional da Fiocruz; atividades de qualificação profissional em planejamento e orçamento; e a gestão da informação da Diplan.

3. Coordenação de Planejamento (COPLAN)

Coordena a elaboração do plano anual das unidades e realiza o seu monitoramento e avaliação; apoia as atividades de planejamento estratégico institucional e das unidades; coordena as atividades de elaboração do PPA e demais estratégias de Governo e da proposta de PLOA da Fiocruz e respectivos monitoramentos, propostas suplementares e prestação de contas; contribui para os projetos de desenvolvimento institucional coordenados pela COEPE.

2. Orçamento Público - Cenário

Buscando a melhor utilização de recursos institucionais, inicialmente tendo como foco os recursos do Tesouro e relativos ao Grupo 3 “Outras Despesas Correntes”, a Fiocruz iniciou no ano de 2014 uma série de estudos orçamentários, que culminaram na edição das Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2015, aprovadas pelo Conselho Deliberativo-CD.

Neste primeiro momento as Unidades da Fiocruz foram levadas a analisarem mais detidamente seu próprio orçamento, principalmente em relação a suas maiores despesas, a partir das especificidades das áreas de atuação. Os estudos avançaram ao longo do ano de 2016 também, preparando a instituição para um cenário econômico ainda desfavorável. As Diretrizes Orçamentárias para 2016, aprovadas pelo CD realizado dias 16 e 17 de dezembro de 2015, incluíram pontos tanto para despesas de custeio quanto para investimentos.

No ano de 2016 houve uma perda de 3% do orçamento de custeio em relação à LOA 2015. Levando-se em conta uma inflação de 10,67% em 2015, medidos pelo IPCA, a perda acumulada, pode-se assim dizer, chegou aos 13,67%. Esse constrangimento orçamentário não se dá apenas na Fiocruz, ou mesmo no Ministério da Saúde, mas em todo o orçamento fiscal e da seguridade social, uma vez que a expectativa de arrecadação de receita é limitada.

Na perspectiva de lidar com a gestão orçamentária de forma mais participativa e para que todos tivessem informações constantes, a Presidência adotou algumas iniciativas, como a audiência pública sobre orçamento, a revisão das Diretrizes Orçamentárias pelo CD, a aprovação do Orçamento Anual de Custeio das Unidades em CD ampliado e a introdução permanente do monitoramento orçamentário na pauta de reunião do CD. Nas reuniões de CD são apresentados os principais pontos sobre o desempenho orçamentário institucional, sua execução, incluindo recursos provenientes da LOA, de emendas parlamentares e de Termos de Execução Descentralizada, assim como as perspectivas orçamentárias e os impactos dos decretos de contingenciamento e suplementação publicados. Ainda, para que as Unidades orientassem sua rotina da gestão orçamentária de acordo com as Diretrizes Orçamentárias aprovadas pelo CD, foi emitida a Nota Técnica nº 01/2016 conjunta Diplan/Dirad, que trata de “Orientações sobre execução orçamentária no exercício de 2016”, onde destacamos:

“2.3. Serão priorizadas as despesas consideradas essenciais:

2.3.1. pessoal - terceirizações, bolsas e similares;

2.3.2. taxas de serviços públicos (concessionárias - luz, água e esgoto);

2.3.3. infraestrutura condominial (manutenções e similares);

2.3.4. material de consumo considerado de urgência pela Unidade.

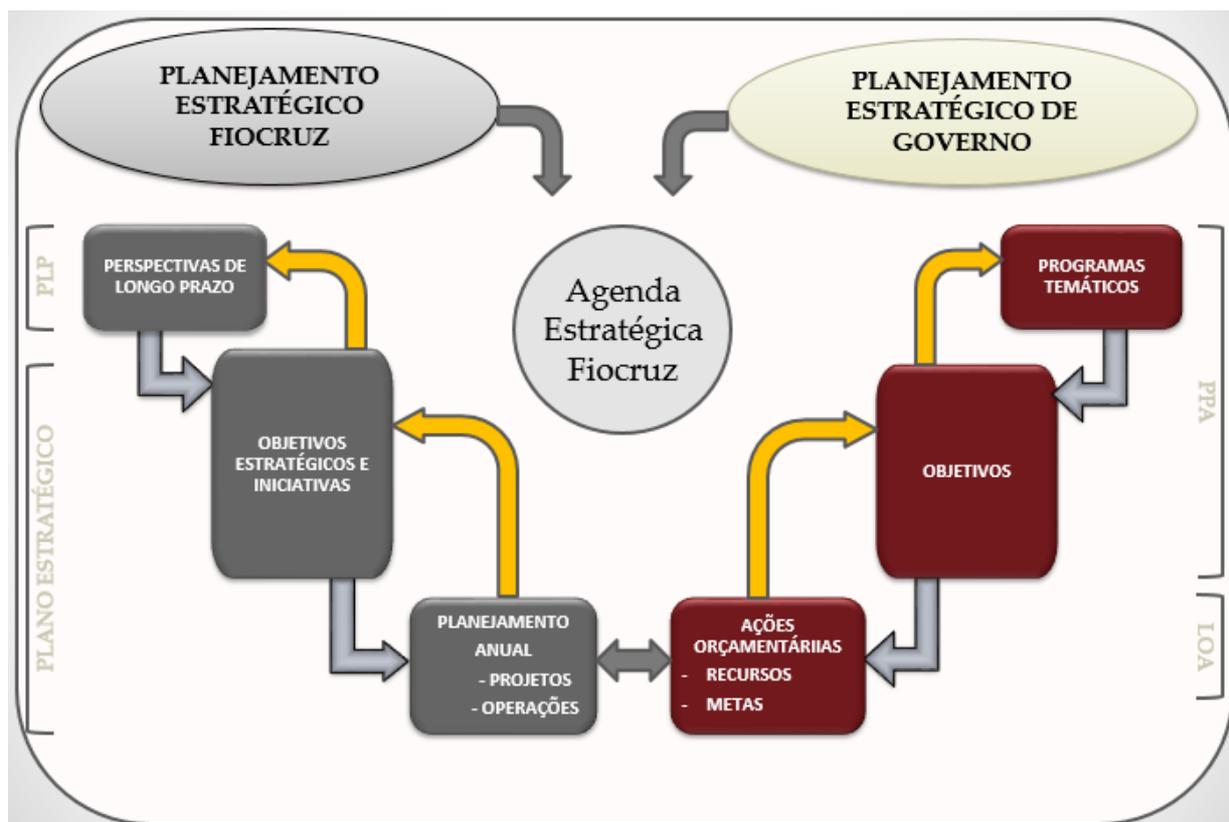
2.4. As despesas com material permanente e equipamentos devem ser avaliadas como concorrentes dos recursos disponíveis no mês e priorizadas frente a outras demandas, respeitando o limite de capital estabelecido (...).”

Em 2016 a Fiocruz precisou, por força de decreto, contingenciar 136 milhões do orçamento. Esforços estão sendo feitos junto ao Ministério da Saúde para análises dos impactos previstos. Para 2017, as Diretrizes Orçamentárias a serem propostas ao CD estão em desenvolvimento. Sua conclusão depende tanto da aprovação da LOA 2017 quanto de estudos que estão sendo realizados em conjunto com as Unidades. Espera-se que a Diplan e as Unidades possam identificar despesas prioritárias, tanto de acordo com as Diretrizes quanto pela sua essencialidade para o desenvolvimento de atividades e projetos.

3. Planejamento Fiocruz

A Fiocruz adota um modelo de planejamento participativo em seus planos anuais e nos planos de médio e longo prazo. Este modelo traz desafios referentes tanto à coordenação interna entre os processos de planejamento das diversas unidades quanto ao alinhamento do processo de planejamento Fiocruz com os planos governamentais, apresentados na Figura 1.

Figura 1: Alinhamento do PA ao PPA e ao Planejamento da Fiocruz



Fonte: Diplan, 2016

3.1. Participação no Plano Plurianual de Governo 2016-2019

O Plano Plurianual do Governo Federal, além de expressar as escolhas do governo e da sociedade, deve também indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos.

Em 2016, iniciou o novo período do PPA 2016-2019, disponível no sítio do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). O PPA 2012-2015 já trouxe elementos mais estratégicos em relação ao anterior e o PPA 2016-2019 aproxima a estratégia geral do governo da sua dimensão programática.

O Plano estrutura-se nas dimensões estratégica, tática e operacional, conforme explicitado na figura a seguir.

Figura 2 - Dimensões do PPA 2016-2019



Fonte: Orientações para elaboração do PPA 2016-2019, 2015.

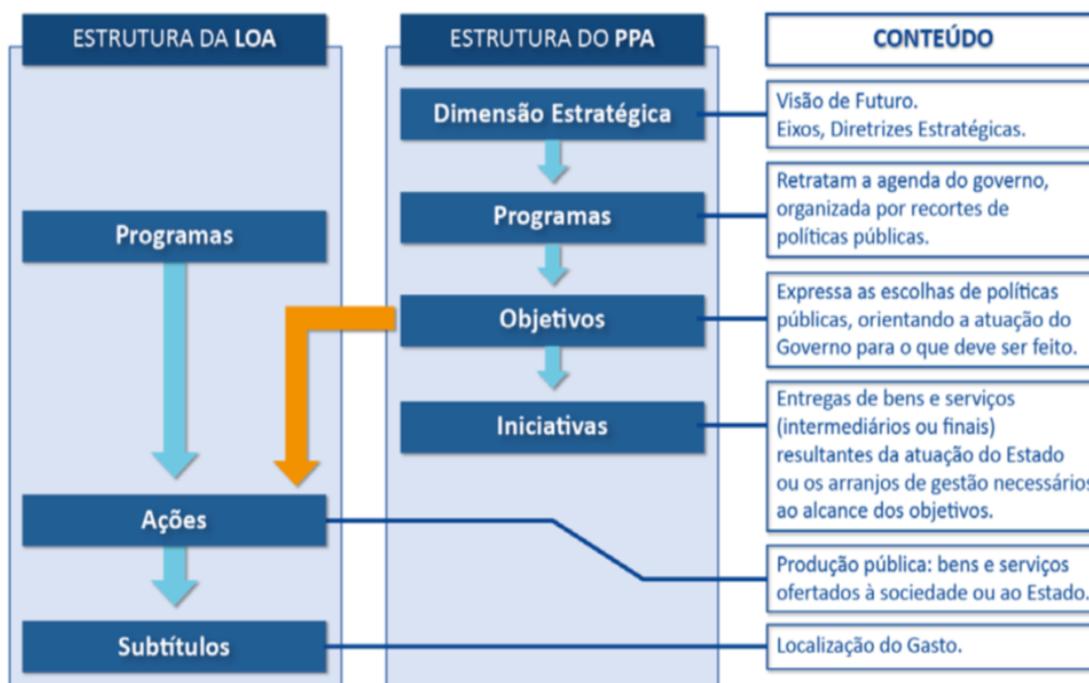
A dimensão estratégica do PPA 2016-2019 é composta pela Visão de Futuro, Eixos e Diretrizes Estratégicas.

Na dimensão tática, os **Programas Temáticos** retratam as agendas de governo, organizadas por recortes selecionados de Políticas Públicas que orientam a ação governamental. Os **Objetivos** expressam as escolhas de políticas públicas para a transformação de determinada realidade.

No PPA 2016-2019, o Objetivo passa a ser também o elemento de ligação do Programa Temático com as suas fontes de financiamento: ações orçamentárias e financiamentos extraordinários.

A integração do PPA 2016-2019 com o Orçamento Anual pode ser vista na figura a seguir.

Figura 3: Relação LOA – PPA 2016 – 2019



Fonte: MTO 2017/ MP, 2016.

Para cada Objetivo do PPA 2016-2019 há uma ou mais **Metas** associadas, as quais podem ser de natureza quantitativa ou qualitativa.

O Objetivo também pode ser composto por uma **Iniciativa**, que é o atributo do Programa que declara os meios que viabilizam os Objetivos e suas metas, explicitando o “como fazer” ou as entregas de bens e serviços. As entregas retratadas pelas iniciativas podem ser tanto intermediárias, necessárias ao alcance do objetivo, quanto finais, que não sejam estruturantes a ponto de serem classificadas como metas do PPA.

Empreendimentos **individualizados como Iniciativas** são projetos que apresentam, individualmente, custos iguais ou superiores aos valores de referência adotados em um Programa Temático, considerando todas as etapas de sua implantação. Esse valor é estabelecido pelo Ministério do Planejamento, em conjunto com os Ministérios afetos ao Programa Temático. Deve haver a indicação, portanto, do custo total estimado para cada projeto. No caso da Fiocruz, para este PPA, citamos as obras do complexo dos Institutos Nacionais de Saúde, da nova sede da Fiocruz em Minas Gerais e do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos.

O Ministério da Saúde é responsável por todos os 11 Objetivos do Programa Temático 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), antes denominado “Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde”. Também é responsável por um Objetivo do Programa Temático 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas e um Objetivo do Programa Temático 2068 - Saneamento Básico. Além destes três Programas, o MS ainda contribui com metas e iniciativas de mais 07 Programas Temáticos.

A Fiocruz contribui somente para os Objetivos do Ministério da Saúde, concentrados no Programa Temático 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). No último PPA a Fiocruz contribuía com Iniciativas e Metas do Programa Temático 2055 – Política de Desenvolvimento Produtivo, do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), que foi extinto no novo PPA.

No PPA 2016-2019, a Fiocruz contribui:

- ✓ Para um único Programa Temático do Governo.
- ✓ Para 06 dos 12 Objetivos do Ministério da Saúde (MS) no programa temático (PT) 2015 – Fortalecimento do SUS.
- ✓ Com 02 metas, em 02 dos Objetivos do MS no PT 2015.
- ✓ Com 13 Iniciativas distribuídas entre os 06 Objetivos do MS no PT 2015.
- ✓ Com 04 Iniciativas – Empreendimentos Individualizados/projetos de obra – distribuídas em 02 Objetivos do MS do PT 2015.

Além das metas e iniciativas do PPA 2016–2019, a LOA estabelece metas físicas anuais, identificando a quantidade de produto a ser ofertado por ação orçamentária. Cada ação orçamentária conta com um único produto índice.

Todas as ações orçamentárias finalísticas da Fiocruz estão sob o Programa Temático 2015. Permanece o programa 2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde, onde se vincula a ação 2000 – Administração da Unidade e as ações de benefícios aos servidores.

No Anexo I são apresentados o Quadro 1 com os Objetivos do Ministério da Saúde no PPA 2016-2019 para o Programa Temático 2015 – Fortalecimento do SUS em que há contribuição da Fiocruz com metas/iniciativas; e o Quadro 2 apresenta as metas pactuadas para a PLOA 2017.

3.2. Planejamento Estratégico da Fiocruz

O VII Congresso Interno da Fiocruz, realizado em 2014, definiu as perspectivas de longo prazo e os objetivos estratégicos da instituição. Este mesmo congresso decidiu pela necessidade da implantação de um processo de monitoramento e avaliação de suas deliberações.

As deliberações de Congressos anteriores da Fiocruz não contaram com planos específicos de monitoramento e avaliação, tendo sido estas acompanhadas através de balanços periódicos, que refletiam as informações sobre os principais macroprojetos institucionais contidas nos Relatórios de Gestão anuais. O VII Congresso decidiu que “o monitoramento, a avaliação e o controle das deliberações do Congresso devem ser assumidos como condição necessária para dar consequência e razão de ser ao próprio Congresso”.

Durante a realização do VII Congresso, foram definidos os mapas estratégicos por eixo de atuação da Fiocruz, assim como seus objetivos estratégicos de gestão.

Os Eixos Estratégicos são:

- Atenção, promoção, vigilâncias, geração de conhecimento e formação para a saúde;
- Ciência e Tecnologia, saúde e sociedade;
- Inovação e complexo produtivo em saúde;
- Saúde e sustentabilidade socioambiental;
- Saúde, Estado e cooperação internacional; e
- Objetivos Institucionais de Gestão.

A proposta inicial para a sistemática de monitoramento e avaliação foi apresentada ao CD Fiocruz, em maio de 2015. Nesta mesma reunião, foram indicados os Coordenadores e Coordenadores Adjuntos de cada Eixo Temático. Os Coordenadores dos Comitês Específicos indicaram os membros participantes de cada comitê. A indicação dos membros dos comitês seguiu a lógica de inclusão de todos os responsáveis por indicadores ou iniciativas de determinado mapa estratégico. Para a definição de iniciativas, indicadores, metas e responsáveis foram realizadas oficinas de detalhamento dos mapas estratégicos.

Cada Comitê Específico realizou oficinas, com os objetivos de:

- elaborar indicadores e metas;
- definir iniciativas estratégicas (programas e projetos); e
- definir responsáveis por cada item do mapa estratégico.

A partir dos resultados das oficinas, a Diplan se responsabilizou pela inserção das informações produzidas pelos Comitês Específicos em sistema. O sistema selecionado foi o E-Car – Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados, adaptado para as necessidades da Fiocruz, e que já é utilizado pelo Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento do Plano Nacional de Saúde – PNS e do Plano Plurianual – PPA, no componente sob responsabilidade do MS.

A primeira rodada de monitoramento foi realizada, no segundo semestre de 2016, já com a utilização do sistema informatizado, contemplando as realizações da Instituição no período janeiro de 2015 a junho de 2016. Propõe-se que a segunda rodada de monitoramento ocorra em janeiro de 2017, contemplando o período de julho a dezembro de 2016.

Apesar de o E-car Fiocruz ter sido manejado pela Diplan nesta primeira rodada de monitoramento, todos os responsáveis por Eixo, Objetivos e Iniciativas terão acesso ao sistema e participarão das atividades de monitoramento e avaliação. Para isto, serão oferecidas oficinas de capacitação.

Para que o processo de monitoramento aconteça, vários atores estarão envolvidos, cada qual assumindo um determinado nível de responsabilidade, como detalhado a seguir.

Os **responsáveis pelas iniciativas**, como coordenam a execução das mesmas, registrarão seus resultados no E-car Fiocruz. Já os **responsáveis pelos objetivos**, registrarão os resultados de seus indicadores. Ambos terão uma área específica para inclusão de pareceres qualitativos, incluindo a possibilidade de explicitar pontos críticos e realizar recomendações.

Os **coordenadores dos eixos** serão responsáveis por monitorar os resultados e pareceres dos objetivos e iniciativas que compõem seu respectivo mapa, e emitirão um parecer geral sobre o eixo no sistema.

O **CD Fiocruz** acompanhará os resultados institucionais, das iniciativas, objetivos e indicadores que forem selecionados no recorte estratégico dos cinco eixos e dos objetivos institucionais de gestão.

A **Diplan** disponibilizará o sistema informatizado de M&A, capacitará os responsáveis por sua utilização e extrairá relatórios periódicos para fornecer ao CD Fiocruz. Será também a unidade responsável pela integração à Sistemática de M&A da Fiocruz dos Planos de Monitoramento e Avaliação dos Resultados do VII Congresso e por informar seus resultados aos órgãos de controle, em especial, através do Relatório de Gestão anual.

O conjunto de iniciativas apontadas na composição dos mapas estratégicos incorpora diversas atividades que estão sendo executadas nas unidades da Fiocruz. Desta forma, acredita-se que o Plano Anual 2017 das unidades tenda a refletir grande parte dessas iniciativas que estão sendo monitoradas no Plano Estratégico.

A partir de 2017, com a avaliação da sistemática adotada e do sistema E-car Fiocruz pelo CD Fiocruz, o processo e a periodicidade do monitoramento poderão ser revistos de forma a se alinhar completamente ao monitoramento do Governo Federal. Estes resultados serão utilizados, externamente, tanto nas prestações de contas anuais (Relatório de Gestão) quanto no monitoramento da participação da Fiocruz no PNS e no PPA. Internamente, os resultados farão parte da agenda regular do CD Fiocruz e de outras instâncias como as Câmaras Técnicas.

3.3 Plano Anual 2017

Considerando o planejamento interno e externo à Fiocruz, as unidades devem elaborar seu Plano Anual para 2017 de forma a refletir as pactuações tanto em termos de metas físicas quanto de programação orçamentária.

3.3.1 Fontes de Receita

O Orçamento Global da Unidade, no âmbito das receitas, é composto pelos créditos orçamentários consignados pelas fontes: tesouro; captações de recursos financeiros obtidos nos diversos órgãos de fomento, públicos ou privados, nacionais ou internacionais; por meio de acordos, contratos ou convênios; e também de receitas provenientes de vendas de produtos e serviços (diretamente arrecadado).

O Limite Orçamentário da Unidade define parte do orçamento global da Unidade (Grupos 3 e 4). Tratando-se da parte dos recursos financeiros que a Fiocruz se propõe a assegurar para um determinado exercício e sendo composto pela fonte de recursos da LOA (recursos do Tesouro), complementado pela fonte Fundo Fiocruz.

Ao elaborar o PA, todas as receitas previstas para o exercício devem ser lançadas no SAGE, com o objetivo de demonstrar o volume de recursos utilizados no desenvolvimento dos projetos e operações das unidades.

Para fins de programação do orçamento do PA, as fontes de receita foram disponibilizadas no SAGE da seguinte forma:

- **LOA** – créditos orçamentários disponibilizados na LOA com fonte Tesouro (100,151, 153, entre outras). O volume de receita disponível para cada unidade nesta fonte é informado pela Diplan e limitado no próprio SAGE. Cabe ressaltar que as Emendas Parlamentares constituem Fonte 151 e orientamos a utilização do campo “Descrição da Receita” para identificar que a origem é emenda.
- **Outras Receitas Próprias** – créditos orçamentários provenientes da venda de produtos e serviços. Esta receita somente pode ser utilizada através de créditos orçamentários consignados na LOA para esse fim (Fontes 250 ou 280). Orienta-se sua identificação no PA nos respectivos projetos e operações para melhor planejamento orçamentário da LOA.
- **Convênios Nacionais** – receitas oriundas de convênios com estados, municípios e suas entidades (inclui recursos captados em editais de fomento de Fundações de Apoio), ou outras instituições públicas ou de interesse público (não inclui as transferências federais). Estas receitas só podem ser utilizadas através de créditos orçamentários consignados na LOA para esse fim (Fontes 281). Orienta-se sua identificação no PA nos respectivos projetos e operações para melhor planejamento orçamentário da Instituição na elaboração da LOA.
- **Fontes Internacionais** – receitas provenientes de convênios e acordos de cooperação com organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde. Estas receitas só podem ser utilizadas através de créditos orçamentários consignados na LOA para esse fim (Fontes 281). Orienta-se sua identificação no PA nos respectivos projetos para melhor planejamento orçamentário da Instituição na elaboração da LOA.

- **Fundo Fiocruz** – O Fundo Fiocruz é uma categoria que inclui receita corrente, oriunda da LOA da Fiocruz proveniente de trocas de naturezas de despesas por necessidade de custeio ou de receitas diretamente arrecadadas. Sua utilização depende de acordos e termos de compromissos internos.

- **Transferência Interna** – Esta categoria de receita é utilizada somente no âmbito das unidades. Trata-se de receita prevista em órgãos centrais da Fiocruz com fonte LOA, mas que será executada descentralizadamente pelas unidades, ou, ainda, significa orçamento da LOA repassada de uma determinada unidade para outra, para que esta execute a despesa.

- **Transferências Federais.** Esta categoria de receita está subdividida em:
 - **Termos de Cooperação (TC/FNS/MS)** – utilizada para receitas obtidas por acordos, contratos ou convênios firmados exclusivamente com o Ministério da Saúde (Fundo Nacional de Saúde – FNS), transferidas via créditos orçamentários provenientes do Tesouro Nacional.
 - **Outras Fontes Federais** – utilizada para receitas obtidas por de acordos, contratos ou convênios firmados com órgãos da esfera federal, excluindo-se o Ministério da Saúde, transferidas via créditos orçamentários provenientes do Tesouro Nacional. Incluem-se aqui, por exemplo, termos de cooperação entre a Fiocruz e o Ministério da Educação (FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) ou com o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que financia os projetos fomentados pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

- **Fiotec** – Esta categoria inclui recursos orçamentários e financeiros que tenham sido destinados, em contratos específicos de acordo com a legislação vigente, para Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – Fiotec.

- **Outras Fundações de Apoio** – Esta categoria inclui recursos orçamentários e financeiros que tenham sido destinados, em contratos específicos de acordo com a legislação vigente, para fundações de apoio exceto Fiotec.

- **Grants** – Esta categoria inclui recursos financeiros obtidos por acordos, contratos ou convênios firmados com entidades diversas de fomento cujo financeiro é transferido diretamente ao pesquisador, para conta particular e específica aberta para esse fim.

Mesmo com a utilização do Módulo de Cooperação Técnica do SAGE, ainda existe a necessidade das unidades registrarem no Módulo de Planejamento as informações físicas e orçamentárias de suas cooperações nacionais e internacionais. Isto ocorre porque a estrutura de informação do Módulo de Cooperação atual não inclui cronogramas físico-financeiros, o que impede a leitura de informações por períodos anuais (referentes a cada exercício).

3.3.2. Natureza de Despesa

No âmbito das despesas, sua categoria econômica as subdivide em Despesas Correntes (que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital) e de Capital (que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital).

Em termos de natureza, sua classificação se dá da seguinte forma:

1. Pessoal e Encargos Sociais;
2. Juros e Encargos da Dívida;
3. Outras Despesas Correntes;
4. Investimentos;
5. Inversões financeiras;
6. Amortização da Dívida.

Na Fiocruz utilizamos em especial as naturezas 1, 3 e 4, que são definidas conforme segue:

- **Pessoal e Encargos Sociais** – Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, com quaisquer espécies remuneratórias.
- **Outras Despesas Correntes** - Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.
- **Investimentos** - Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

O orçamento global das unidades inclui todos os grupos de despesas, no entanto, para fins de registro no Sage, apenas compõem o PA das unidades as despesas classificadas nos grupos 3 (ODC – Outras Despesas Correntes) e 4 (Investimentos), pois as pertencentes ao grupo 1 (Pessoal) são definidas diretamente pelo Governo Federal e não são objeto de negociação e análise direta entre a Diplan e unidades.

Algumas despesas dos Grupos 3 e 4, que compõem o orçamento global da unidade, são excluídas de seus limites por serem programadas centralizadamente. Neste caso, enquadram-se os Serviços de Engenharia, Obras e Reformas (Grupo 4) que são programados pela Dirac. No caso de algumas unidades, ainda, suas Despesas Condominiais são programadas e executadas centralizadamente pela Dirac, incluindo despesas com vigilância, conservação e limpeza e recepção, por exemplo. Escritórios e campi de unidades regionais terão as despesas condominiais programadas e executadas de forma descentralizada, dentro de seus Limites Orçamentários.

3.3.3 Categorias de Programação

O Plano Anual é composto por duas categorias de programação: projetos e operações.

Devem ser classificadas como **Projetos** as atividades que constituem um esforço temporário, empreendido com a finalidade de criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. O caráter temporário indica que projetos devem ter um início e término definidos com marcos temporais precisos. O término é alcançado quando os objetivos forem atingidos ou, alternativamente, quando

se concluir que esses objetivos não serão ou não poderão ser atingidos. O projeto se caracteriza, em geral, por ter etapas e entregas intermediárias bem definidas, as quais já podem ser detalhadas no SAGE.

No SAGE, há um marcador específico para que o usuário sinalize se o projeto é um “**Projeto de Pesquisa**”. Para fins de classificação, ficou definido:

- “Projeto de Pesquisa” – é um trabalho planejado e não repetitivo que se destina a atingir um objetivo claro e definido (entregar um produto ou serviço final e eventuais intermediários declarados e especificados no escopo do produto quanto às características e usabilidade) e com uma sequência clara e lógica de eventos (escopo do projeto). Tem início, meio e fim e é conduzido por pessoas e desenvolvido dentro de parâmetros de escopo (objetivos específicos), custo, tempo, qualidade e recursos. Os projetos de pesquisa se situam dentro de uma linha de pesquisa. (VPPLR-G-GCP-001 Rev.2 em 15/04/2015 – VPPLR Orientações ao pesquisador)

Não receberão o referido marcador todos os demais projetos que não se enquadram no conceito acima, de “Projeto de Pesquisa”, mas que possuem um caráter temporário. Nesta categoria se enquadram os projetos de obra, projetos sociais (mas que não se enquadram em projetos científicos), estudos para a implantação de um novo programa ou nova atividade, projetos de desenvolvimento institucional. Da mesma forma, é necessário inserir a informação da “síntese do conteúdo” do projeto e principais etapas.

Projetos de Obra – importante inserir informações na “Síntese do Conteúdo” do projeto, informações sobre a previsão do custo total da obra e dimensão do empreendimento, com as principais estruturas a serem construídas. Oportunamente, as execuções das etapas deverão ser inseridas no SAGE.

Os projetos de obra terão controle específico que será realizado com informações adicionais aquelas já incluídas no SAGE. Este controle será sintetizado pela DIPLAN e deverá ter informações das principais obras da FIOCRUZ. As informações estarão contidas em relatório que será consolidado pela DIPLAN com informações fornecidas pelas unidades gestoras. O controle será baseado no cronograma físico-financeiro da obra e informações qualitativas que serão fornecidas por cada unidade gestora do empreendimento. A partir destas informações serão gerados os indicadores de eficiência e eficácia de cada empreendimento, a partir da metodologia do Valor Agregado.

Para que as informações tenham a qualidade necessária faz-se necessário que as unidades utilizem ferramentas adequadas como: cronograma, planilha de custos, acompanhamento mensal dos serviços executados com as medições de avanço, gestão dos contratos e controle sobre os pagamentos dos serviços. As ações orçamentárias que farão parte do relatório serão inicialmente as seguintes: 13DT – Nova Unidade Administrativa; 13 DU – Polo Ceará, 13DW NCPFI, 13DV – Polo Minas Gerais, 14UO – PO Polo Porto Velho/Rondônia, 14UO - PO Manaus/AM , 14UO PO Teresina/PI, 14UO PO – Polo Paraná, 14UO PO – Campo Grande/MS, 14UO PO – Centro de Desenvolvimento em Saúde (CDTS), 147J – Institutos de Saúde, 7674 – Modernização das unidades Fiocruz e outras ações poderão ser controladas dependendo da necessidade dos órgãos de controle e Presidência da Fiocruz.

A DIPLAN irá orientar as unidades gestoras relativa a metodologia que será utilizada, bem como as informações necessárias para o relatório de gestão de obras da Fiocruz.

Devem ser classificados como **Operações** os processos da organização que se caracterizam pela execução contínua de um conjunto de atividades que produzem um determinado produto (bem ou serviço) de forma repetitiva. As operações são esforços permanentes que utilizam recursos definidos e realizam basicamente o mesmo conjunto de atividades.

As operações podem ser finalísticas ou de apoio. As operações finalísticas estão ligadas à essência do funcionamento da organização, caracterizando sua atuação e gerando produtos e serviços para os usuários. Já as operações de apoio, geralmente, produzem resultados imperceptíveis ao usuário, mas são essenciais para a gestão efetiva da organização, garantindo o suporte adequado às operações finalísticas e aos projetos da organização.

3.3.3.1. Operações de Apoio à Gestão

De forma a possibilitar melhor comparabilidade entre as diversas unidades e dar uma maior coesão aos planos anuais das unidades, a Diplan mantém a proposta de estabelecer a padronização do título das operações de apoio, em geral voltadas à Administração da Unidade-Custeio. O registro de operações padronizadas no SAGE facilita lançamento e a análise das despesas com administração comuns a toda Fiocruz.

Recomenda-se, portanto, lançar essas operações de maneira agregada, conforme as três operações descritas abaixo. Torna-se importante destacar que o detalhamento dessas operações será possível tanto pelo lançamento de despesas nos subelementos pertinentes, como também no campo de descrição da despesa onde será descrito o objeto da despesa e no caso de despesas contínuas, as empresas contratadas.

Em uma única operação, não é necessário incluir o mesmo elemento de despesa diversas vezes, de acordo com a diversidade de seu detalhamento. O elemento pode ser selecionado uma única vez e as diferenças de objeto/empresa devem ser inseridas no “detalhamento”, este sim deve ser inserido o número de vezes que a unidade desejar detalhar a despesa.

A criação das operações padronizadas não precisa substituir a programação feita pelas unidades que optam por colocar as referidas despesas em seus projetos/operações finalísticas. As análises feitas pela Diplan são subsidiadas também pelo filtro dos elementos de despesa e seu detalhamento e não somente pelo título do projeto/operação.

Título das operações de Apoio à Gestão:

- **Gestão da Infraestrutura**

A operação Gestão da Infraestrutura deverá incluir os contratos de manutenção, de locação de equipamentos e as despesas condominiais (realizadas por contratos ou não).

- **Gestão de Pessoas**

A operação Gestão de Pessoas, no que se refere ao Plano Anual das unidades, inclui os contratos de terceirização de recursos humanos na área de gestão e outras despesas que não podem ser incluídas nas atividades finalísticas.

- **Gestão Administrativa**

Nesta operação deverão ser incluídas atividades gerais da gestão na unidade/subunidade, como diárias, passagens, aquisições e serviços, excluindo aqueles já incluídos nas operações de Gestão da Infraestrutura e de Gestão de Pessoas.

As operações de apoio que não se enquadram nesta padronização deverão ser registradas separadamente.

3.3.4 – Orientações de Programação por área finalística, programas e/ou ação orçamentária

3.3.4.1. Ensino e Formação em Saúde

As orientações a seguir buscam padronizar as informações, visando obter fidedignidade e maior confiabilidade nos registros da área de ensino. Com isso, pretende-se melhorar a qualidade da informação prestada pela Fiocruz aos sistemas de monitoramento e aos órgãos de controle e aprimorar a análise do desempenho institucional.

Após o aprofundamento das informações institucionais nesta área junto à VPEIC, melhoramos o entendimento sobre a classificação dos diversos cursos oferecidos e suas respectivas modalidades seguindo aqui aquelas já definidas pelos Regimentos Institucionais para cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*, *Pós-graduação Lato Sensu* e a Resolução nº6, de 20/09/2012 do Conselho Nacional de Educação para a *Educação Profissional*.

A uniformização e alinhamento dos dados nessa área tornam-se fundamentais, tendo em vista já existir um Sistema responsável pela captação dessas informações de responsabilidade das Secretarias Acadêmicas das Unidades Técnico-científicas - o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA).

Desta forma a Programação da área do Ensino, para o exercício a ser planejado, deverá estar alinhada às informações registradas ou àquelas que serão registradas no SIGA. Assim, os dados institucionais nessa área estarão consubstanciados em entendimentos e conceitos já sedimentados na Fiocruz.

Todos os cursos oferecidos pela Fiocruz para clientela externa, independentemente do nível de formação, devem ser cadastrados no SAGE na Ação 20YD – Educação e Formação em Saúde, nas suas respectivas finalidades.

A seguir apresentamos uma descrição das modalidades oferecidas pela instituição e as respectivas orientações para inserção dos dados no SAGE.

- **Pós-Graduação**

Os cursos de pós-graduação dividem-se em duas vertentes, o *stricto sensu* e o *lato sensu*.

Stricto Sensu

Os cursos *stricto sensu* da Fiocruz são regulamentados pelo Regimento Geral da Pós-graduação *stricto sensu*, aprovado pelo CD – Fiocruz em 28/08/2008 e tem como objetivo a formação de pessoal qualificado para o exercício de atividades de pesquisa, magistério e em todos os setores de aplicação pertinentes.

Os cursos são oferecidos nos níveis de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado. O mestrado acadêmico visa aprofundar o conhecimento técnico-científico e acadêmico, formando docentes para o ensino superior, realização de pesquisa e desenvolvimento de processos, produtos e metodologias em áreas específicas. O doutorado visa o desenvolvimento de competência para a condução de pesquisas. O mestrado profissional visa o aprofundamento do conhecimento técnico-científico e o desenvolvimento de competências para execução de pesquisas operacionais, desenvolver processos, metodologias e produtos em áreas específicas.

Os cursos descritos acima devem ser registrados na Finalidade – **Formação discente em pós-graduação *stricto sensu***. O título da operação deve conter o **nível de formação e o nome específico do curso**. Os produtos devem ser selecionados de acordo com o **detalhamento do nível do curso**.

Exemplo: Curso de Mestrado em Medicina Tropical

Finalidade: Formação discente em Pós-graduação *stricto sensu*

Produtos:

- Curso *stricto sensu* realizado – mestrado acadêmico
- Aluno *stricto sensu* matriculado - mestrado acadêmico
- Egresso *stricto sensu* - mestrado acadêmico
- Turma *stricto sensu* - mestrado acadêmico

Lato Sensu

Os cursos *Lato sensu* da Fiocruz, são regulamentados pelo Regimento Geral da Pós-Graduação *Lato Sensu* Fiocruz, de 17/12/2010. A instituição realiza cursos no campo da saúde direcionados a profissionais diplomados na educação superior. Nesta categoria são desenvolvidos cursos nas modalidades:

1. **Especialização** – cursos que objetivam aprofundar conhecimentos e habilidades em um setor definido de uma ampla área do saber e da profissão, numa perspectiva de educação continuada.
2. **Residência** – são os treinamentos em serviço, de regime integral, realizados sob supervisão e orientação profissional, de acordo com a legislação específica vigente.
3. **Atualização, aperfeiçoamento e outros** – cursos que visam a melhoria de desempenho numa ocupação específica, no processo de educação continuada.

Os cursos acima devem ser cadastrados na finalidade – Formação discente em pós-graduação *lato sensu*. O cadastro do título deve conter o **nível de formação e o nome do curso**. Os produtos devem ser selecionados de acordo com o **detalhamento do nível do curso**.

Exemplo 1: Curso de Especialização em Saúde Pública

Finalidade: Formação discente em Pós-graduação *lato sensu*

Produtos:

- Curso *lato sensu* realizado – especialização
- Aluno *lato sensu* matriculado - especialização
- Egresso *lato sensu* - especialização
- Turma *lato sensu* – especialização

Exemplo 2: Curso de Atualização em Atenção Sistêmica às Famílias

Finalidade: Formação discente em Pós-graduação *lato sensu*

Produtos:

- Curso *lato sensu* realizado – atualização
- Aluno *lato sensu* matriculado - atualização
- Egresso *lato sensu* - atualização
- Turma *lato sensu* – atualização

Exemplo 3: Curso de Aperfeiçoamento – Qualificação de Gestores do SUS

Finalidade: Formação discente em Pós-graduação *lato sensu*

Produtos:

- Curso *lato sensu* realizado – aperfeiçoamento EAD
- Aluno *lato sensu* matriculado – aperfeiçoamento EAD
- Egresso *lato sensu* - aperfeiçoamento EAD
- Turma *lato sensu* - aperfeiçoamento EAD

• Educação Profissional

A Resolução nº 6 de 20/09/2012 do Conselho Nacional de Educação, que define as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional Técnica de nível médio, é o orientador da Educação Profissional oferecida na Fiocruz. Nesta modalidade se encontram os cursos destinados à profissionalização inicial e continuada de pessoas para o Sistema Único de Saúde (SUS), para o sistema Ciência e Tecnologia e sistemas afins. Esses cursos devem ter como carga horária mínima de 1.200h e atender aos requisitos de cadastro no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC. Essas atividades de ensino podem ser oferecidas nos seguintes níveis:

1. **Básico** – cursos destinados à **qualificação, requalificação e aperfeiçoamento** de trabalhadores dos Sistemas de Saúde e de Ciência e Tecnologia. A oferta destes cursos se dá nas modalidades: qualificação profissional; desenvolvimento profissional e atualização.
2. **Técnico** – cursos destinados à **formação de técnicos de nível médio**, capacitando-os em diferentes processos de trabalho em Saúde e em Ciência e Tecnologia, através da oferta de cursos regulares que tenham reconhecimento em suas habilitações técnicas. Os regimes destes cursos são: articulada e subsequente ao Ensino Médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da Educação Básica.
3. **Aperfeiçoamento Técnico** – cursos destinados ao **aperfeiçoamento de profissionais para o atendimento a demandas específicas** do SUS, do sistema de Ciência e Tecnologia e sistemas afins, com carga horária mínima de 90 horas.
4. **Especialização Técnica** - cursos destinados à **especialização de profissionais técnicos e de graduados para o atendimento a demandas específicas** do SUS, do sistema de Ciência e Tecnologia e sistemas afins, com carga horária mínima de 300 horas.

Os cursos direcionados educação profissional devem ser cadastrados na finalidade Formação discente em educação profissional. O cadastro do título deve conter o **nível de formação e o nome do curso**. Os produtos devem ser selecionados de acordo com o **detalhamento do nível do curso**.

Exemplo: Curso de Especialização Técnica em Radioterapia

Finalidade: Formação discente em educação profissional.

Produtos:

- Curso de educação profissional realizado – especialização técnica de nível médio.
- Aluno de educação profissional matriculado – especialização técnica de nível médio.
- Egresso de educação profissional – especialização técnica de nível médio.
- Turma de educação profissional – especialização técnica de nível médio.

Os cursos a serem programados no Plano Anual para o exercício em elaboração devem contemplar os requisitos exigidos pelas Secretarias Acadêmica das Unidades. Esta exigência é necessária tendo em vista que estes cursos terão seus registros no SIGA, no seu devido momento.

Aqueles cursos que surgirem ao longo do exercício programado, que serão realizados neste exercício, e que não foram registrados no SAGE, poderão ter seus registros realizados mediante solicitação à Diplan.

O registro no SAGE para aqueles cursos que serão realizados em parceria deve ser lançado pela unidade que irá certifica-lo, com seus respectivos produtos (aluno matriculado, egressos, curso, turma). A unidade parceira que não certifica pode cadastrar a operação de ensino, entretanto o resultado obtido deve ser registrado no produto **aluno certificado em parceria**.

Os cursos que não atendem aos requisitos das Secretarias Acadêmicas devem ser revistos com cautela, pois podem se tratar de treinamentos ou qualificações específicas, principalmente se forem direcionados para profissionais da Fiocruz. Neste caso, os cursos e outras ações de ampliação do conhecimento voltadas exclusivamente à **clientela interna**, isto é, aos trabalhadores da Fiocruz, devem ser registrados na Ação 7674 – **Modernização de Unidades de Saúde da Fiocruz** e finalidade **Capacitação Continuada / Qualificação Profissional da Força de Trabalho da Unidade**, com os produtos referentes a **trabalhador qualificado**.

A descrição e a forma de contabilizar os produtos estão disponíveis na Lista de Produtos por Ação, nos relatórios operacionais do SAGE.

Conforme modelo de monitoramento, avaliação e prestação de contas adotado pela Fiocruz e órgãos de controle, o levantamento de metas físicas ocorre periodicamente. Estas informações servem para subsidiar análises internas e relatórios solicitados por órgãos externos à Fiocruz, os quais nem sempre se prendem a calendários fixos. As **metas físicas do ensino, especialmente em relação a egressos e cursos, devem ser alimentadas semestralmente** no SAGE, conforme solicitações da Diplan.

3.3.4.2. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde

- **Projeto de Pesquisa:**

Ao cadastrar um Novo Projeto no SAGE selecionando o item Plano Anual, os campos identificados com asterisco são de preenchimento obrigatório. Na tela de Cadastro – Dados Básicos, no campo Categoria selecionar “Projeto” e obrigatoriamente marcar como Projeto de Pesquisa, sinalizando como “SIM”.

Em 2017 será incluído o item:

- ✓ Projeto finalizado com pendências: projeto de pesquisa que teve todas as suas etapas concluídas, mas possui resultados de pesquisa que ainda não foram realizados, tais como: publicações, apresentações em eventos científicos, autoria de livro, etc.

Na tela de Detalhamento do Projeto o campo “síntese do conteúdo” visa uma breve descrição do objeto da pesquisa. Destacamos que apesar deste campo não ser obrigatório, é importante o preenchimento, possibilitando análises futuras.

- **Finalidades da ação 8315 - Pesquisa e DT**

Ao ser informado que é um “Projeto de Pesquisa” o SAGE apresenta uma lista de “Finalidade” para ser selecionada. A “Finalidade” fornece informação se a pesquisa científica objetiva a Geração de Conhecimento ou Desenvolvimento Tecnológico ou de Método/Processo, classificando-as por agravos ou ainda por algumas outras áreas, como alimentação e nutrição, práticas em tecnologias sociais, vigilância sanitária.

A classificação realizada com critério no SAGE permitirá um levantamento mais apropriado das principais finalidades da pesquisa da Fiocruz. A informação detalhada no SAGE sobre qual o método/processo ou tecnologia a ser desenvolvida proporciona informação mais qualificada para apresentar aos órgãos de controle e análise da instituição.

O SAGE apresenta um relatório (Relatórios/Operacionais) com todas as Finalidades da Pesquisa da Fiocruz e as respectivas descrições.

- **Grande Área de Pesquisa**

A VPPLR coordenou a revisão das áreas de pesquisa da Fiocruz e, em 2015, publicou o documento com orientações ao pesquisador e as áreas de pesquisa foram atualizadas no SAGE seguindo a mesma descrição.

A classificação depende de uma análise criteriosa do coordenador do projeto, pois, apesar do esforço em rever as grandes áreas, permanece a possibilidade de um projeto ser classificado em mais de uma área, dependendo do foco a ser dado, como por exemplo, pelo patógeno ou por método.

A classificação realizada com critério no SAGE, permitirá um levantamento mais apropriado das principais áreas de pesquisa da Fiocruz.

O SAGE apresenta um relatório (Relatórios/Operacionais) com todas as Grandes Áreas de Pesquisa da Fiocruz e as respectivas descrições conforme a revisão realizada pela VPPLR.

- **Produtos de Pesquisa**

- **Produto Índice**

A ação orçamentária 8315 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – possui como Produto Índice - aqueles que o Ministério de Planejamento seleciona e incorpora em cada ação do PPA como elemento ÚNICO de monitoramento e avaliação do cumprimento de metas comprometidas pelas Unidades executoras – o número de “**Pesquisas Realizadas**”. Para o levantamento da informação, são selecionadas apenas as pesquisas que foram identificadas, com o marcador pertinente, ou seja, se é um “**Projeto de Pesquisa**”. Desta forma, a utilização deste marcador é fundamental para a análise e correta informação ao Ministério do Planejamento sobre o nº de pesquisas desenvolvidas no ano pela Fiocruz.

Ainda há a dificuldade de registro de projetos de pesquisa que são desenvolvidos por mais de uma unidade da Fiocruz, em parceria. Para reduzir a duplicação na contagem do número de pesquisas, existem orientações como:

- a programação no SAGE da referida pesquisa deverá ser feita, preferencialmente, pela unidade de origem do coordenador do projeto e, na tela que trata da Cooperação, ser inserida a(s) unidade(s) da Fiocruz que participa do projeto;

- não sendo possível a proposta anterior, tendo em vista variáveis importantes envolvidas, como, financiamentos e/ou resultados da pesquisa e divulgação, o título do projeto sendo o mesmo nas unidades parceiras, diminui o risco de duplicidade, aliado ao preenchimento da existência de “Cooperação Interna”.

De qualquer forma, é um tema, além de outros na área da pesquisa, que deverá ser discutido coletivamente para o alcance de uma informação mais qualificada

Produto referente à Inovação/patentes

Desde o ciclo de 2014, os produtos do SAGE referentes às patentes (concedidas, depositadas e documentos mantidos) foram excluídos do sistema. Estas informações são exclusivas da Gestec e a sistematização das mesmas no SAGE ainda está sendo analisada.

Porém, no mesmo ciclo, foram elaborados a partir de encontros entre Diplan e Gestec, produtos no SAGE que identificam os projetos com potencial de geração de patente, a saber:

Quadro 1 – Produtos SAGE relacionados à patente/inação

Código	Produto	Descrição
8315.18	Buscas Solicitadas	Solicitações encaminhadas à GESTEC por um ou mais de seus NITs, contendo uma notificação de pesquisa e demais materiais técnicos pertinentes, para a realização de busca de anterioridade, que consiste em localizar em documentos da literatura científica, patentária, dentre outras, informações que confirmem o ineditismo da pesquisa proposta, evitando duplicidade de pesquisas.
8315.18.001	Busca de Anterioridade Solicitada para Linhas de Pesquisa	Notificações de pesquisa encaminhadas à GESTEC por um ou mais de seus NITs, com o propósito de confirmar o ineditismo de uma nova linha de pesquisa proposta, previamente a sua implantação.
8315.18.002	Busca de Anterioridade Solicitada para Projetos de Pesquisa	Notificações de pesquisa encaminhadas à GESTEC por um ou mais de seus NITs, com o propósito de confirmar o ineditismo de um novo projeto de pesquisa, previamente a sua implantação, no escopo de uma linha de pesquisa já existente.
8315.18.003	Busca por Informações de Mercado	Solicitações encaminhadas à GESTEC com o propósito de prospectar parceiros comerciais, fabricantes de produtos (concorrência), informações sobre os preços praticados no mercado, etc.
8315.18.004	Busca por Informações Legais	Solicitações encaminhadas à GESTEC com o propósito de identificar junto aos órgãos regulatórios (ANVISA, FDA, etc.) a situação legal de produtos ou empresas.
8315.18.005	Solicitação de Negociação e elaboração de acordos	Solicitações encaminhadas à GESTEC para celebração de acordos relacionados à área de propriedade intelectual ou que incorporem matéria referente a área citada: acordos de cooperação técnica, acordos de transferência de tecnologia, acordos de licenciamento de patentes ou acordos de transferência de material biológico.
8315.19	Estudo de Viabilidade Patentária Solicitado	Solicitações encaminhadas à GESTEC por um ou mais de seus NITs, contendo uma notificação de invenção e demais materiais técnicos pertinentes, para a realização de estudo de viabilidade patentária, que consiste em avaliar os projetos enviados segundo os critérios de: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

8315.19.001	Estudo de Viabilidade Patentária Solicitado tendo a Fiocruz como único ou principal titular	Notificações de invenção encaminhadas à GESTEC por um ou mais de seus NITs previamente ao depósito do pedido de patente.
8315.19.002	Estudo de Viabilidade Patentária Solicitado para avaliação de cotitularidade	Notificações de invenção encaminhadas à GESTEC por um ou mais de seus NITs, antes, durante ou após o depósito do pedido de patente.

Fonte: Lista de Produtos por Ação Orçamentária, SAGE, 2016

- **Publicação em revista indexada**

Este é um dos produtos principais para o monitoramento da produção científica e é um produto considerado nas prestações de conta que a Fiocruz realiza no Relatório de Gestão e para a Avaliação de Desempenho Institucional. Tais prestações de conta, por apresentarem, algumas vezes, períodos diferenciados de monitoramento e avaliação e diferentes fontes de informação provocam a divulgação de informações diferentes para o mesmo produto. Desta forma, reforçamos algumas orientações:

- O SAGE é a principal fonte de informação para o Relatório de Gestão no que diz respeito à prestação de contas de produtos das ações orçamentárias e para a elaboração do documento denominado “Perfil da Unidade” que apoia a Presidência da Fiocruz em reuniões com as direções das unidades e apoia a Diplan no monitoramento da unidade;

Tanto a Diplan quanto as Unidades devem dobrar os esforços no sentido de gerar informações coerentes para a prestação de contas do Plano Anual por meio do RG, que tem como base para algumas metas as informações inseridas no SIOP, e o monitoramento dos indicadores da ADI.

- **Projeto de Acordo de Cooperação Amplo ou “Guarda-Chuva”**

Há uma recomendação da AGU – Advocacia-Geral da União para que não seja mais estabelecido Acordo de Cooperação Amplo e que os acordos sejam de Cooperação Específico. A Fiocruz ainda está se adequando a esta recomendação.

A orientação de cadastro no SAGE Planejamento, até mesmo pela característica do sistema, é que a unidade registre o projeto de cooperação específico.

3.3.4.3. Projeto/ Operação gerador de Cooperação

É necessário informar no PA da Unidade a cooperação da Fiocruz com outras instituições, assim como quando há parcerias entre suas Unidades. Conceitualmente utiliza-se o termo “cooperação” apenas para aquelas existentes entre a Fiocruz e outras instituições. As unidades da Fiocruz estabelecem “parcerias” entre si, mas no Sistema de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE), mantemos a nomenclatura “cooperação interna”. Este mesmo projeto pode ter uma cooperação Externa, ou seja, pode envolver outra instituição brasileira, pública em todas as suas esferas e privadas sem fins lucrativos (sem ser a Fiocruz) ou uma instituição estrangeira/ Internacional.

A cooperação pode ser tanto formal como informal. As atividades como participação em eventos nacionais ou internacionais como também a participação de servidores em cursos oferecidos por outras instituições não é considerada cooperação mas sim capacitação. Apenas as atividades docentes dos servidores em outras instituições são tidas como cooperação.

Os detalhes sobre as formas e instrumentos de formalização de cooperação podem ser conferidos no Manual de Iniciação e Formalização de Projetos de Cooperação Técnica da CCONV/Diplan,

disponível no SAGE. No caso de cooperação internacional, a formalização desta deve ser orientada pelo Centro de Relações Internacionais (CRIS). A listagem dos convênios vigentes nacionais pode ser encontrada no SAGE e a listagem dos convênios internacionais vigentes, gerida pelo CRIS, pode ser visualizada no site no link [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/22_13-09-2016 - relatorio de convenios internacionais vigentes.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/22_13-09-2016_-_relatorio_de_convenios_internacionais_vigentes.pdf).

É sumamente importante que os Núcleos de Planejamento, com apoio dos pontos focais de cooperação técnica da sua unidade (em muitos casos são os Escritórios de Projetos), consigam registrar no SAGE todas as atividades de cooperação das suas unidades incluindo as informações exigidas pelo sistema na sua totalidade.

O banco de instituições cooperadas contido no SAGE foi atualizado. As solicitações de cadastro das instituições novas devem ser encaminhadas para o e-mail do SAGE (sage@fiocruz.br).

Os produtos das cooperações podem ser tanto os produtos finalísticos dos projetos realizados em cooperação como também os produtos específicos da ação 2b42–**Cooperação Técnica Nacional e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde**.

Em 2017 serão inativados no Sage os seguintes produtos da ação 2b42:

2b42.03.004 - Coordenação de rede colaborativa

2b42.03.005 - Participação em rede colaborativa

2b42.07. - Afastamentos de servidores (CRIS) e seus subprodutos (2b42.07.01 até 2b42.07.06)

As informações concernentes a redes colaborativas devem ser inseridas em projetos na parte que trata cooperação. Caso uma rede técnica colaborativa ainda não conste na lista das instituições cooperadas, o cadastro deve ser solicitado através do SAGE ou CRIS.

3.3.4.4. Programas e bolsas de fomento

- **Programa Institucional de Indução à Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde – PCTIS**

Em março de 2014 foi apresentado, no CD Fiocruz, o Programa Institucional de Indução à Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde – PCTIS, que propõe integrar as iniciativas institucionais em CT&I, alinhando o fomento, a gestão, a formação e qualificação de recursos humanos e a pesquisa de base em saúde e ambiente para responder às necessidades da sociedade associadas à melhoria do bem-estar, da saúde e dos desafios tecnológicos em saúde.

O PCTIS se organiza em três dimensões:

- 1- Geração e difusão do conhecimento de excelência.
- 2- Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (PIDTS).
- 3- Desenvolvimento do Parque Tecnológico Institucional – Redes de Plataformas

Na primeira dimensão encontra-se o PAPES, coordenado pela VPPLR. O PAPES teve em sua gênese a missão de financiar propostas estratégicas de CT&I, pesquisas de fronteira e inovadoras, bem como projetos interunidades, semeando assim a formação de redes na instituição. No decorrer dos anos, o PAPES foi-se transformando em programa de fomento à pesquisa universal em saúde, com critérios muito parecidos com o programa universal do CNPq.

Nesta proposta, o programa deve fomentar os passos iniciais da investigação científica na cadeia de inovação em pesquisa da Fiocruz, a partir de demanda, alinhando o quadro de pesquisadores à agenda estratégica da unidade, e conseqüentemente ao Plano Estratégico da Fiocruz.

Preferencialmente, esse programa deverá ser capaz de inserir pesquisadores em grupos de pesquisa já consolidados na Fiocruz.

Nesta modalidade, os recursos são repassados pela VPPLR ao CNPq, que fomenta os projetos. Os projetos contemplados deverão ser registrados no PA da Unidade, no SAGE, utilizando-se a fonte de receita “GRANTS – Corrente”. A utilização destes recursos deverá ser vinculada às despesas apresentadas ao CNPq no momento da apresentação do projeto.

Na segunda dimensão encontram-se as iniciativas de fomento ao desenvolvimento tecnológico de produtos, processos de trabalho ou protocolos que se encontrem ainda em fase inicial de investigação, através de um grupo de pesquisa. Essas iniciativas classificam-se em quatro grandes áreas transversais do conhecimento:

- Insumos estratégicos para a saúde e fronteiras tecnológicas;
- Políticas e modelos de atenção em saúde;
- Vigilância em saúde e ambiente;
- Pesquisa e ensaios clínicos.

O mecanismo de financiamento se dará por edital ou indução específica através de chamadas para seleção de projetos em cada uma das áreas acima. A parte dos recursos executada de forma descentralizada será transferida às unidades, pela VPPLR, por meio de notas de crédito, com discriminação por projeto fomentado. Neste caso, os recursos descentralizados deverão ser incluídos nos projetos apoiados com fonte de receita “Transferência Interna” e vinculados a suas respectivas despesas. Serão ainda oferecidas bolsas para pesquisadores e estudantes, alocadas de forma a integrar os projetos selecionados, potencializando-os, as quais devem ser registradas de acordo com o detalhado a seguir.

Na terceira e última dimensão está o Programa de Desenvolvimento do Parque Tecnológico Institucional – Redes de Plataformas. Esse programa inclui a atualização e incorporação tecnológica e a prestação de serviços para desenvolvimento de pesquisas e projetos institucionais.

- **PROEP – Programa de Excelência em Pesquisa**

O PROEP oferece fomento a projetos de pesquisa das unidades por intermédio do CNPq. A Unidade destina recursos da LOA para a agência de fomento que, por meio de editais, repassa recursos aos projetos selecionados, proporcionando uma maior flexibilidade de execução e de prestação de contas habitual. Os recursos destinados aos projetos aprovados nestes editais deverão ser registrados no SAGE com fonte de receita “GRANTS – Corrente” e vinculados às despesas apresentadas ao CNPq.

- **Bolsas**

O processo de negociação e financiamento de bolsas, assim como a definição dos critérios de valores e de quantidades é coordenado pelas Vice-presidências. As bolsas de PV – Pesquisador Visitante e PIBIC/PIBIT (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) são de responsabilidade da VPPLR, enquanto as bolsas relativas a novos programas de pós-graduação estão sob a responsabilidade da VPEIC. Já o processo de negociação de estágios CIEE é conduzido pela Direh, com as despesas pagas pelo orçamento das unidades que acolhem os estagiários.

Por se tratar de compromisso assumido pelas Vice-Presidências, orienta-se que os gastos com bolsas no PA das Vices tenham vinculação preferencial aos recursos na LOA corrente.

Os dados referentes às bolsas devem ser registrados no SAGE, conforme exemplos a seguir:

a) Bolsas PV

- A VPPLR deve registrar:

Ação: 8315 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Finalidade: 125 – Bolsas de pesquisa – PV, PIBIC, PIBIT.

Operação: Gestão de bolsas

Elemento de Despesa: 3.3.90.20.00 Auxílio Financeiro a Pesquisadores.

Produto: Bolsa fomentada/mês

- A Unidade deve registrar:

Ação: 8315 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Finalidade: 125 – Bolsas de pesquisa – PV, PIBIC, PIBIT.

Operação/ Projeto: Pode ser em operação específica de gestão de bolsas ou nos projetos e operações em que atuam os bolsistas.

Elemento de Despesa: **A unidade não deve registrar a despesa e nem a fonte de receita**

Produto: Bolsista PV/mês

b) Bolsas PIBIC/PIBIT

- A VPPLR deve registrar:

Ação: 8315 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Finalidade: 125 – Bolsas de pesquisa – PV, PIBIC, PIBIT.

Operação: Gestão de bolsas

Elemento de Despesa: 3.3.90.18.00 Auxílio Financeiro a Estudantes

Produto: Bolsa fomentada/mês

- A Unidade deve registrar:

Ação: 8315 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Finalidade: 125 – Bolsas de pesquisa – PV, PIBIC, PIBIT.

Elemento de Despesa: **A unidade não deve registrar a despesa e nem a fonte de receita**

Produto: Bolsista PIBIC/mês, Bolsista PIBIT/mês, conforme modalidade da bolsa.

c) Bolsas VPEIC de fomento aos novos programas de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado)

- A VPEIC deve registrar:

Ação: 20YD- Educação e Formação em Saúde

Finalidade: 509 – Fomento à formação de RH na Fiocruz.

Elemento de Despesa: 3.3.90.18.00 Auxílio Financeiro a Estudantes

Produto: Bolsa fomentada/mês

- A Unidade deve registrar:

Ação: 20YD- Educação e Formação em Saúde

Finalidade: 509 – Fomento à formação de RH na Fiocruz.

Operação/ Projeto: Pode ser em operação específica de gestão de bolsas ou nos projetos e operações em que atuam os bolsistas.

Produto – Bolsista /mês.

Elemento de Despesa: A unidade não deve registrar a despesa e nem a fonte de receita

d) Bolsas de Estágio CIEE

- A unidade deve registrar:

Ação: 20YD - Educação e Formação em Saúde

Finalidade: 510 – Complementação de aprendizagem discente por meio de estágio – nível médio, fundamental e superior.

Produtos: Estagiário nível médio/mês, Estagiário nível superior/mês.

Elemento de despesa: 33.90.36.07 - Estagiário.

3.3.4.5. Modernização das Unidades da Fiocruz – Capacitação de Pessoal e Qualidade

A ação 7674, compreende produtos de capacitação, qualidade, ampliação e reformas de infraestrutura, gestão ambiental entre outras atividades de modernização da unidade. Porém, este item tratará apenas das orientações sobre a Capacitação de Pessoal e área de Qualidade, que contou com a parceria da Diretoria de Recursos Humanos e Coordenação da Qualidade da Presidência (CQuali), respectivamente.

• Capacitação:

Para atender as Diretrizes para o Planejamento da Capacitação na Fiocruz, elaboradas pela Direh em 2016 e com base em diretrizes de Governo, os produtos do SAGE “Trabalhador qualificado” e seus subprodutos serão substituídos por produtos estabelecidos pelas Diretrizes para o Planejamento da Capacitação na Fiocruz, voltados para os servidores da Fiocruz, conforme tabela abaixo:

Quadro 2 – Produtos SAGE para Capacitação de Servidores e demais trabalhadores

Código	Produto	Tipo	Descrição
7674.23	Servidores capacitados	Sintético	
7674.23.01	Dirigentes, Gerentes e Assessores capacitados (ocupantes de cargos DAS e FG)	Analítico	Número de dirigentes, gerentes e assessores capacitados em pelo menos uma ação no ano
7674.23.02	Demais servidores	Analítico	Número de servidores capacitados em pelo menos uma ação no ano
7674.24	Ação de Capacitação de Servidor	Sintético	

7674.24.01	Ação de aperfeiçoamento	Analítico	Seminários, congressos, workshop, palestras, oficinas, treinamento em serviço, visita técnica e outros similares
7674.24.02	Ação de Educação formal	Analítico	Ações oferecidas pelos sistemas formais de ensino, por meio de instituições públicas ou privadas, nos diferentes níveis da educação brasileira, entendidos como educação básica e educação superior
7674.25	Trabalhadores não servidores capacitados	Sintético	
7674.25.01	Trabalhadores não servidores capacitados	Analítico	Número de trabalhadores (não servidores) que passaram por capacitação em serviço ou outras atividades necessárias para a melhoria contínua do serviço, em pelo menos uma ação no ano.

Afim de ilustrar e orientar, segue a descrição das ações de capacitação de servidor que contempla os produtos analíticos de ações de aperfeiçoamento e ações de educação formal abaixo:

Ação de Aperfeiçoamento:

Quadro 3 - Classificação das ações de Aperfeiçoamento

Tipo	Descrição
Autoformação	Forma de aprendizagem autônoma, com finalidade pré-definida e alinhada às necessidades organizacionais.
Grupo Formal de Estudo	Grupo constituído por tempo determinado, com o objetivo de aprofundar, analisar e discutir.
Intercâmbio	Troca de experiência profissional, com objetivos e duração pré-definidos,
Oficina de Trabalho / Workshop	Ação destinada à abordagem de tema específico e elaboração conjunta de trabalho sobre o tema discutido. Evento dividido em duas partes: teórico e prático.
Palestra	Ação de curta duração (máximo 8 horas) que consiste na apresentação de um tema por um especialista.
Seminário / Congresso / Conferência / Fórum / Encontro / outros Similares	Reunião formal que objetiva a atualização, e/ou o debate e/ou a divulgação e/ou a apresentação de conceitos e/ou técnicas centrados num tema básico, que pode ser desdobrado em subtemas.
Treinamento em Serviço	Capacitação com objetivo pré-definido, realizada no próprio local de trabalho, voltada ao desenvolvimento ou aprimoramento de competências técnicas.
Visita Técnica	Visita supervisionada à uma organização de referência em determinada prática ou técnica visando o seu conhecimento.
Curso	Capacitação voltada ao ensino de conteúdo de cunho predominantemente cognitivo.

Fonte: Diretrizes para o Planejamento da Capacitação na Fiocruz/Direh, 2016

Ação de Educação Formal:

São consideradas Educação Formal as ações oferecidas pelos sistemas formais de ensino, por meio de instituições públicas ou privadas, nos diferentes níveis da educação brasileira, entendidos como educação básica e educação superior. Essas são classificadas em Ensino Fundamental, Ensino Médio, Tecnológico, Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado.

Obs.: A quantidade de ações planejadas de educação formal não equivale a quantidade de servidores que participarão de curso mas sim ao número de cursos a serem frequentados. Sendo assim, se vários servidores participarem do mesmo curso, o curso será contabilizado como uma ação.

- **Qualidade**

O trabalho realizado junto à Coordenação da Qualidade da Presidência (CQuali) teve como resultado a revisão dos produtos, onde, a partir de 2017, com o preenchimento adequado, a CQuali terá possibilidade de obter informações mais consistentes a respeito das atividades de implantação das normas da qualidade nas unidades. Assim houve a substituição por dois conjuntos de produtos sintéticos e seus analíticos. A listagem com estes produtos está anexa no Guia, anexo II e disponível no relatório de produtos por ação no SAGE, ano 2017.

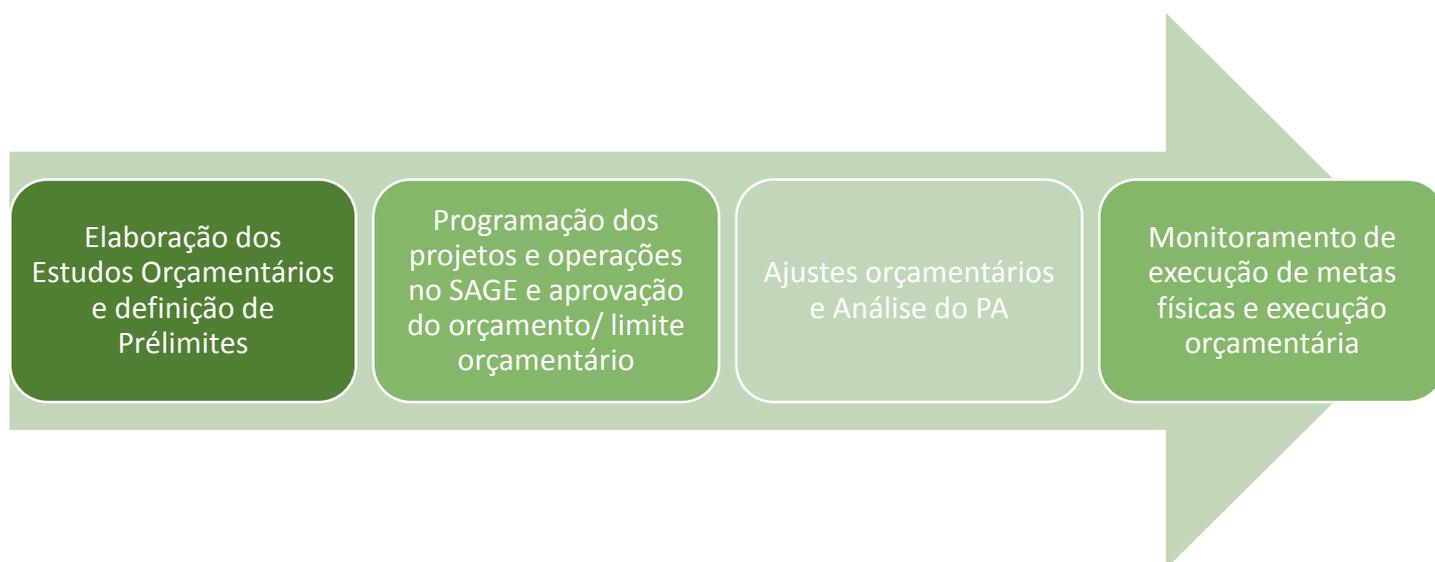
Produtos sintéticos:

7674.05 – Requisitos da Norma da Qualidade atendido

7674.06 - Sistema da Qualidade implantado/certificado/mantido

3.3.5 Etapas de Elaboração do Plano Anual

O processo de construção do Plano Anual para 2017 pressupõe algumas etapas que devem ser seguidas tanto pela presidência quanto pelas unidades.



As etapas iniciais são norteadas por negociações entre a unidade, a Diplan e a Presidência/VPDGI. O monitoramento, com as novas oportunidades que surgem e as alterações de ambiente, podem retroalimentar o planejamento realizado inicialmente.

Etapa 1:

Elaboração de estudos com base nas Diretrizes Orçamentárias (DO) para subsidiar definição de prelimites orçamentários LOA

Nesta etapa, são definidas e aprovadas no CD as DO para racionalização do gasto público para o ano seguinte, de acordo com as medidas do Governo Federal. Ainda nesta etapa, são realizados estudos orçamentários de cada unidade a fim de subsidiar a elaboração dos prelimites orçamentários. Os setores de planejamento e Diplan interagem com trocas de informações e análises e esta fase já se inicia no último quadrimestre do ano anterior ao PA.

Etapa 2:

Programação dos projetos e operações no SAGE pelas unidades e aprovação do orçamento

A elaboração do PA se dá logo após ao Fórum de Planejamento, geralmente no fim do segundo ou início do último trimestre do ano anterior ao novo exercício, quando oficialmente é aberto o Ciclo do Planejamento Anual, se encerrando geralmente no primeiro trimestre do ano seguinte. Ainda que não haja os limites orçamentários da unidade definidos na abertura do ciclo, pois dependem de aprovação no CD, as unidades devem iniciar a inserção de projetos e operações no SAGE baseados em prelimites, que podem passar por análise do CD também.

Sugere-se que, inicialmente, sejam identificados no PA do exercício anterior as operações e projetos que terão continuidade no PA a ser elaborado, considerando o cenário econômico que vem sendo discutido na instituição e observando as diretrizes orçamentárias. Expansão de atividade que impacte no custeio deverá ser objeto de análise.

Durante todo este período as negociações ocorrem entre a Diplan, unidades e Presidência/VPDI. O produto das negociações orçamentárias é apresentado e discutido no CD para que ocorra aprovação dos limites orçamentários por unidade para o ano.

Tanto para operações quanto para projetos, as unidades deverão incluir as despesas de custeio e de capital para 2017, considerando, inclusive, a revisão dos projetos do PDTI que será falado em outro capítulo deste guia.

O limite orçamentário está vinculado à publicação da LOA, que ocorre entre o final do ano e início do ano seguinte.

Etapa 3:

Ajustes orçamentários e Análise do PA

Com a aprovação do limite orçamentário por unidade no CD, a Diplan formalizará o limite orçamentário aprovado no CD para as unidades, incluindo a informação do limite por ação. Ajustes no PA deverão ser feitos geralmente até o primeiro trimestre do exercício. O SAGE será fechado, então, para que seja realizada uma análise técnica geral e criteriosa baseada nas orientações deste Guia, discussões estratégicas e orçamentárias que ocorreram. Esta análise incorporará aspectos de planejamento, incluindo metas físicas, projetos, operações e orçamento. A Diplan analisará o resultado dos trabalhos elaborados por todas as unidades e manterá interlocução com os setores de planejamento para qualificar e apoiar a elaboração do plano.

Etapa 4:

Monitoramento de execução de metas físicas e execução orçamentária por ação

O CD, com o apoio da Diplan, monitorará permanentemente a evolução do orçamento na Fiocruz. A Diplan é a também a unidade responsável pela condução e pela definição da sistemática de monitoramento das metas físicas, assim como é a responsável por responder aos diversos sistemas de monitoramento do Ministério da Saúde e de outras instâncias governamentais.

No Capítulo 5, a sistemática de monitoramento de metas físicas e orçamentárias do plano anual está detalhada.

4. Planos de Desenvolvimento Institucional

4.1. Plano Diretor de Investimento – PDI

O PDI foi elaborado com o objetivo de oferecer uma maior organicidade aos investimentos da Fiocruz, visando, por um lado, a otimização de recursos e, por outro, a indução de uma lógica que se compatibilize com a atuação em redes. Sua concepção se baseou em quatro princípios norteadores: i) o estabelecimento de uma relação custo-benefício mais adequada; ii) o compartilhamento de recursos; iii) o alinhamento estratégico com as diretrizes institucionais expressas nos planos corporativo e das unidades e, iv) a possibilidade da implementação efetiva da avaliação dos resultados dos investimentos definidos.

Assim como, nos exercícios 2014 e 2015, no ano de 2016 os desafios de gestão orçamentária levaram ao deslocamento de recursos de investimento da LOA, para suprir o custeio da organização, o que teve impacto direto na implementação do PDI, em especial no que se refere a investimento em equipamentos. Em 2016, com a premissa do forte contingenciamento a distribuição orçamentária dos recursos de capital se deu juntamente com o limite do teto orçamentário de custeio. Praticou-se a priorização de demandas emergenciais, conforme apresentado em CD.

Em 2016, iniciou um novo ciclo de PDI 2016-2019, apesar de todas as restrições orçamentárias. A importância do registro de necessidade ainda se faz necessário para análise e projeções de valores de investimento.

O registro das demandas de equipamentos no SAGE será mantido e o sistema permitirá a importação dos projetos e operações de 2016, contendo os equipamentos registrados em “detalhamento de despesas”. Será necessário realizar uma avaliação de cada projeto e operação e seus respectivos equipamentos, sendo possível a retirada ou a inclusão de novos equipamentos.

No SAGE há a classificação de equipamentos estruturante e estratégico. Em 2017 esta classificação estará mantida, porém o investimento estará condicionado às perspectivas econômicas para o novo ciclo.

4.2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade por um determinado período.

O PDTI é elaborado a partir do - Plano Estratégico da Tecnologia da Informação da Fiocruz –PETI - plano este que está relacionado à estratégia maior em TI do Governo Federal, a Estratégia de Governança Digital (EGD) - Portaria nº 68, de 07 de março de 2016. Desta forma, tão importante quanto expressar o alinhamento ao planejamento governamental, o PDTI deverá expressar as prioridades do planejamento estratégico da instituição e de suas unidades e que se conformam em seus planos anuais.

O PDTI é uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para o gestor. Conforme previsto no Caput do Art. 37 da Constituição Federal, o objetivo do Governo Federal, da Fiocruz e da TI consiste em obter maior eficiência na utilização dos recursos públicos. Isso inclui bens (permanentes e de consumo) e serviços de TI conforme estabelece a IN MP No. 04/2014.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Portaria Nº 40, de 14 de setembro de 2016, instituiu o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – PCTIC - como ferramenta de planejamento a ser consolidada pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder

Executivo federal -SISP. Esta nova orientação provoca uma reflexão na forma de programação no SAGE dos projetos e operações em TI. Além da própria publicação do PDTI, a CGTI, como estrutura da Fiocruz que representa a instituição junto ao Ministério do Planejamento, precisará consolidar, por categorias definidas na portaria, inclusive por subelemento de despesa, as contratações de soluções em TI e Comunicação. O artigo 6º parágrafo III diz que o PCTIC “comporá o planejamento orçamentário do órgão e será utilizado como insumo para a proposta do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA;”. Desta forma, a qualidade da informação no SAGE deverá ser preservada e, após o sancionamento da LOA 2017, a Diplan e CGTI, poderá traçar novas orientações.

Todos os equipamentos, programas e serviços de TI devem estar previstos no PDTI, inclusive o material de consumo discos rígidos, *pen drives*, placas diversas, pentes de memória, entre outros. No entanto, itens que não possam ser classificados como bens de consumo e materiais permanentes exclusivos de TI, equipamentos, programas ou serviços de TI não podem ser considerados na previsão no PDTI e não contarão com posterior controle no âmbito desta ferramenta. Entre estes materiais, encontram-se itens como papel, CD, DVD, *nobreak* e similares.

Durante o ciclo de planejamento 2017, será elaborado o PDTI relativo ao período de 2017 – 2018 no SAGE. O sistema foi preparado para receber todas as informações necessárias para a publicação do PDTI, conforme orientação do Governo Federal, a saber:

- Indicadores – lista elaborada previamente pela CGTI e a unidade seleciona no SAGE o indicador pertinente;
- Entregas – a unidade seleciona o (s) ano (s) em que ocorrerão as entregas (2017 e/ou 2018) e as descreve.
- Riscos dos Projeto - a unidade descreve o (s) risco (s) do projeto/operação.
- Despesas e Receitas - período plurianual - o SAGE foi preparado para a programação plurianual (2017 -2018) das despesas em TI.
- Detalhamento das despesas – unidade descreve os itens que serão adquiridos.

É importante informar que:

- A pergunta no SAGE, no Cadastro Básico do projeto/operação, “a ser publicado no PDTI” só estará habilitada para o perfil do usuário “Analista de TI”.
- Somente os pontos focais de TI das unidades (perfil “Analista de TI”), sinalizados pela CGTI, poderão cadastrar os projetos e operações de TI;
- Nenhum outro projeto, como por exemplo, os projetos de pesquisa, poderão ter despesas e aquisições em TI detalhadas no SAGE;
- Os elementos de despesa de TI estarão disponíveis apenas para projetos do PDTI;
- Não haverá programa específico para coleta de informações das unidades para o PDTI, sendo o SAGE o instrumento a ser utilizado;
- A área de TI da unidade poderá cadastrar operações para inserir as despesas que não são de TI. Estas operações não serão publicadas no PDTI.

- ✓ Os projetos de TI 2016 poderão ser importados para ao ano de 2017, inclusive a previsão que foi feita para o ano de 2018, com entregas e orçamento. Após a importação as informações deverão ser revisadas para que o projeto/operação fique com o status de “Concluído”.
- ✓ Não deverá ser cadastrado no SAGE uma operação para cada aquisição de material/equipamento a ser realizada. Deverá ocorrer a junção de operações com a mesma finalidade em uma única operação, por exemplo, criar uma operação Manutenção das atividades da unidade, e colocar nele, com o devido detalhamento, todas as aquisições de material de consumo, material de processamento de dados, serviços de TI (tipo terceirização). Com essa alteração as operações não ficam parecidas com uma lista de aquisições.
- ✓ É necessário verificar o que é bens de informática antes de detalhar no SAGE. Consultar também Decretos 7.010, de 16/11/2009 e Decreto 6.405, de 19/03/2008.
- ✓ Não colocar na programação/detalhamento a marca do produto, mas sim sua função/finalidade.

A utilização do SAGE como a principal fonte de informação para a elaboração do PDTI e do PCTIC confere uma maior integração entre os serviços de planejamento e de TI das unidades e promove as devidas relações com as peças estratégicas que norteiam a Fiocruz.

O Anexo III deste Guia de Planejamento traz o GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA A CLASSIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DE DESPESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO que deverá ser utilizado para auxiliar na programação dos projetos/operações do PDTI.

5. Monitoramento e Avaliação

O processo de monitoramento, avaliação e prestação de contas sob responsabilidade da Diplan envolve uma série de atividades relativas ao acompanhamento do Plano Estratégico, do Plano Plurianual e do Plano Anual da Fiocruz. No âmbito deste processo, a Diplan tem adotado o conceito de monitoramento e avaliação do PNUD, 2011, a saber:

- **Monitoramento:** Processo contínuo pelo qual os *stakeholders*/partes interessadas obtêm retroalimentação regular sobre os progressos realizados no alcance das suas metas e objetivos.
- **Avaliação:** Mecanismo de análise crítica, de natureza independente, objetiva e com método rigoroso, para determinar em que medida se está conseguindo atingir os objetivos declarados e a contribuição desse processo para a tomada de decisão. Pode envolver informação além da produzida pelo processo de monitoramento.

A Diplan possui a responsabilidade de estabelecer a interface com os gestores da Fiocruz e os gestores das esferas do governo federal no sentido de monitorar, avaliar e realizar a prestação de contas sobre o desempenho das atividades da Fiocruz. No âmbito deste processo, estão incluídos:

- Metas e iniciativas do PPA do Governo Federal, incluindo os produtos índices da LOA;
- Metas e indicadores para o Conselho Nacional de Saúde;
- Indicadores e metas da Avaliação de Desempenho Institucional;
- Indicadores e metas do Plano Estratégico da Fiocruz;
- Demais metas e indicadores do plano anual das unidades, incluindo o acompanhamento orçamentário;
- Projetos de cooperação técnica nacional.

Há um esforço no sentido de integrar a sistemática do monitoramento destes diversos processos, alguns deles pautados nos prazos impostos pela esfera governamental e subsidiando em parte uma análise mais qualificada de desempenho da instituição.

Os quadros a seguir informam sobre a sistemática de **Monitoramento** e de **Avaliação** dos diversos compromissos da Fiocruz com as estratégias institucionais e junto ao Governo Federal.

Quadro 4 - Plano Estratégico do Governo/MS

Objeto de Monitoramento/ Avaliação	Sistemática de Monitoramento					
	Fontes de Informação	Responsável pelas Informações	Periodicidade de registro de Dados	Periodicidade do Monitoramento	Tipo de Relatório	Instância de Monitoramento
Metas e iniciativas do PPA 2016-2019 do Governo Federal	Comunicado formal e SAGE	Gab. Presidência, ICICT, INCQS, ENSP, Bio, IFF, COC, Far, Dirac, Fiocruz PI, Fiocruz PR e Fiocruz MS VPPLR e VPEIC	Mensal	Quadrimestral	Parecer PEMS	COPLAN/Diplan
Metas e Indicadores para o Conselho Nacional de Saúde	Comunicado formal e SAGE	IFF e Farmanguinhos	Quadrimestral	Quadrimestral	Parecer PEMS	COPLAN/Diplan

Objeto de Monitoramento/ Avaliação	Sistemática de Avaliação		
	Instância Avaliadora	Periodicidade	Tipo de Relatório
Metas e iniciativas do PPA 2016-2019 do Governo Federal	TCU/ CGU/ MS/ Presidência Fiocruz	Anual	Relatório de Gestão Anual
Metas e Indicadores para o Conselho Nacional de Saúde	MS/Comissão de Orçamento e Finanças (Cofin/CNS)	Quadrimestral	Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas

Quadro 5 - Planos da Fiocruz

Objeto de Monitorament o/ Avaliação	Sistemática de Monitoramento					
	Fontes de Informaç ão	Responsável pelas Informações	Periodicidade do registro de Dados	Periodicidade do Monitoramento	Tipo de Relatório	Instância de Monitoramento
Indicadores e metas globais (ADI)	Planilha padroniza da	Unidades	Trimestral	Trimestral	Execução de apuração de indicadores e análise de tendência	COEPE/Diplan
Indicadores e metas intermediárias (ADI)	Planilha padroniza da	Unidades	Trimestral	Trimestral	Execução de apuração de indicadores e análise de tendência	COEPE/Diplan e Unidades
Metas físicas por Ação LOA (produtos- índice)	SAGE	Unidades	Metas selecionadas Mensal/Trimestral/ Semestral	Mensal/Trimestr al/Semestral	Relatório SIOP	COPLAN/Diplan
Execução orçamentária	SIAFI	Unidades descentralizadas	Diário	Mensal	Relatório Execução Orçamentária	Diplan, VPGDI
Indicadores e Metas do Plano Estratégico	E-Car	Responsáveis pelas Iniciativas ou Objetivos Estratégicos	Trimestral	Trimestral e Semestral	Relatórios do E-Car	Comitês Específicos
		Coordenadores dos Comitês específicos	Trimestral	Semestral e Anual		Comitê Corporativo (Conselho Deliberativo)

Objeto de Monitoramento/ Avaliação	Sistemática de Avaliação		
	Instância Avaliadora	Periodicidade	Tipo de Relatório
Indicadores e metas globais (ADI)	-	Trimestral e Anual	Relatório Analítico
Indicadores e metas intermediárias (ADI)	-	Trimestral e Anual	Relatório Analítico
Metas físicas por Ação LOA (produtos- índice)	TCU/ CGU/ MS, Diplan, Presidência Fiocruz	Anual	Relatório de Gestão Anual, Perfil das Unidades
Execução orçamentária	TCU/ CGU/ MS, Diplan Presidência Fiocruz	Anual	Relatório de Gestão Anual / Perfil Unidades
Indicadores e Metas do Plano Estratégico	Comitês Específicos	Trimestral e Semestral	Relatórios do E-Car
	Comitê Corporativo (Conselho Deliberativo)	Semestral e Anual	

Quadro 6 - Projetos de Cooperação Técnica Nacional

Objeto de Monitoramento/ Avaliação	Sistemática de Monitoramento					
	Fontes de Informação	Responsável pelas Informações	Periodicidade do registro de Dados	Periodicidade do monitoramento	Tipo de Relatório	Instância de Monitoramento
Metas Físicas de Projetos - Despesa	SICONV/ SIAFI/ Gerentes de Projetos	Unidades/ gerentes de projetos / parceiros	Conforme o cronograma de execução/ projeto	Conforme o cronograma de execução/ Projeto.	Relatório Técnico Anual (RTA)	Unidades/ Vice-Presidências/ Diplan-CCONV
Metas Financeiras de Projetos - Despesa	SICONV/ SIAFI/ Gerentes de Projetos	Unidades/ gerentes de projetos / parceiros	Conforme o cronograma de execução/ projeto	Conforme o cronograma de execução/ Projeto.	Relatório de Execução do Projeto (Modelo SICONV)	CCONV/Diplan
Execução Financeira - Despesa (consolidado Fiocruz e por Unidade)	SICONV/ SIAFI/ Gerentes de Projetos	Unidades/ gerentes de projetos	-	Semestral	Relatório Gerencial de Execução Financeira	CCONV/Diplan
Execução Financeira - Receita (consolidado Fiocruz e por Unidade)	SIAFI/ Gerentes de Projetos	Unidades/ gerentes de projetos	-	Semanal	Relatório Gerencial de Execução Financeira	CCONV/Diplan
Repasse e Desembolsos - Receita (consolidado Fiocruz e por Unidade)	SIAFI	Diplan-CCONV	-	Semestral	Relatório de Movimentação Financeira	CCONV/Diplan
Repasse e execução física programada para o exercício orçamentário (consolidado Fiocruz e por Unidade)	SIAFI/ GESCON/ FNS	Diplan-CCONV	-	Anual	Relatório de projeção de receitas de cooperação	CCONV/Diplan

Objeto de Monitoramento/ Avaliação	Sistemática de Avaliação		
	Instância Avaliadora	Periodicidade	Tipo de Relatório
Metas Físicas de Projetos - Despesa	Diplan-CCONV	Etapa de encerramento do projeto	Relatório Final de Avaliação do Projeto
Metas Financeiras de Projetos – Despesa	Diplan-CCONV	Etapa de encerramento do projeto	Relatório Final de Avaliação do Projeto
Execução Financeira - Despesa (consolidado Fiocruz e por Unidade)	TCU/ CGU/ MS/ Presidência Fiocruz	Anual	Relatório de Gestão Anual
Execução Financeira - Receita (consolidado Fiocruz e por Unidade)	VPGDI	Anual	Relatório de Avaliação da Execução Financeira

Repases e Desembolsos - Receita (consolidado Fiocruz e por Unidade)	VPGDI	Anual	Relatório de Avaliação da Execução Financeira
Repases e execução física programados para o exercício orçamentário (consolidado Fiocruz e por Unidade)	-	-	-

Documentos de Referência

A elaboração deste guia incorporou referências de materiais norteadores do planejamento governamental e da Fiocruz. Aconselha-se, para um melhor entendimento do processo de planejamento e de programação para o ano de 2016, a leitura dos seguintes documentos que podem ser encontrados facilmente no Portal Fiocruz (<http://portal.fiocruz.br>), no site da Diplan (<https://intranet.fiocruz.br/intranet/index.php>) na intranet ou no portal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

- Caderno do VII Congresso Interno, disponível em:
<http://congressointerno.fiocruz.br/documentos>
- Carta Política do VII Congresso Interno.
- Decretos 7.010 de 16/11/2009 - capacitação e competitividade do setor de tecnologias da informação.
- Decreto 6.405, de 19/03/2008 - adequação dos produtos que especifica com os respectivos códigos de classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM.
- Decreto 8.670 de 12/02/2016 - programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016.
- Decreto 8.859 de 26/09/2016 - altera o Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016
- Diretrizes Orçamentárias 2016 da Fiocruz.
- Instrução Normativa do MP/SLTI No. 04/2014- processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP do Poder Executivo Federal.
- Manual do Sistema de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE), disponível em:
www.sage.fiocruz.br.
- Manual Técnico de Orçamento 2017 (MTO), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- LOA 2016 – <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais>.
- Plano Diretor de Investimentos (PDI) 2012-2015.
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2015-2016.
- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI).
- Portaria Nº 1324/2015-PR, de 23 de outubro de 2015.
- Portaria Nº 40 de 14 de setembro de 2016, do Ministério de Planejamsnto, Desenvolvimento e Gestão - institui o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações (PCTIC).
- PPA 2016-2019 disponível em:
<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3-1.pdf>

Anexo I – Participação da Fiocruz no PPA 2016-2019 e PLOA 2017

Quadro1 - Objetivos do Ministério da Saúde do Programa Temático 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde que possui contribuições da Fiocruz

Cód. Objetivo	Descrição dos Objetivos do MS	Cód. Inic. /Meta	Descrição Iniciativa/Meta	Categoria	Responsável monitoramento
0713	Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.	02QM	Implantação de novas instalações do complexo assistencial dos Institutos Nacionais de Infectologia (INI) e de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF).	Iniciativa Individualizada	Gab. Presidência
		06BO	Fortalecimento do Centro Colaborador para a Qualidade do Cuidado e para a Segurança do Paciente – Proqualis, de forma a contribuir para a melhoria continuada da qualidade dos cuidados de saúde no Brasil e outros países de língua portuguesa, ampliando de 1.200 para 2.400 as publicações e o conteúdo técnico científico disponibilizado no Portal Proqualis.	Iniciativa	ICICT
		06QC	Oferta de acesso a Kit Nat – Atendimento de 100% da demanda (CGSH/SAS/MS), de forma a garantir a qualidade dos produtos hemoderivados.	Iniciativa	BIO
0714	Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.	06BF	Oferecimento de 32 comparações interlaboratoriais, incluindo ensaios de proficiência, para a Rede de Laboratórios de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.	Iniciativa	INCQS
		06BG	Implantação do Sistema Informatizado de Gerenciamento de Amostras Harpya / SGASWeb em 46 laboratórios da Rede de Laboratórios de Vigilância Sanitária do SISLAB.	Iniciativa	INCQS
Cód. Objetivo	Descrição dos Objetivos do MS	Cód. Inic. /Meta	Descrição Iniciativa/Meta	Categoria	Responsável monitoramento

0721	Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.	06CM	Implantação do Campus Virtual de Saúde Pública (CVSP) de forma a apoiar o trabalho em rede e proporcionar a integração das ações de ensino das Unidades da Fiocruz e a qualificação continuada de profissionais de saúde.	Iniciativa	VPEIC
0724	Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.	05WJ	Implantação do Centro de Documentação e História da Saúde, ampliando o acesso público ao acervo histórico da saúde.	Iniciativa	COC
		05WK	Disseminação de informação sobre saúde aos Conselhos de Saúde – Nacional, estaduais e municipais, por meio de canais de comunicação.	Iniciativa	ENSP
0727	Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde, inovação em saúde e a expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS.	06RR	06RR - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos.	Iniciativa Individualizada	BIO
		06RQ	Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG.	Iniciativa Individualizada	DIRAC
		04OG	Desenvolver e/ou absorver através de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP) 8 novos medicamentos. (*)	Meta	FAR
		05V6	Expansão da Fiocruz através da implantação de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e da modernização dos laboratórios.	Iniciativa	DIRAC/Fiocruz PI/Fiocruz AM/Fiocruz PR/Fiocruz MS
		06CK	Aumento de 1.253 para 1.380 o número de publicações da Fiocruz na Web of Science.	Iniciativa	VPPLR
		06CL	Manutenção da oferta de serviços tecnológicos de plataformas e coleções biológicas para o desenvolvimento de insumos para o SUS.	Iniciativa	VPPLR
		06JS	Disponibilização de dois novos produtos para diagnóstico (Flex Nat e Microarranjos) de doenças.	Iniciativa	BIO
		06RP	Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará	Iniciativa Individualizada	Gab. Presidência/Bio

		06QG	Garantia do atendimento de 100% da demanda de vacinas pactuadas para o Programa Nacional de Imunizações.	Iniciativa	BIO
1120	Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.	05S9	Certificação, anual, de 100% dos Bancos de Leite Humano (BLH), de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Qualificação de Bancos de Leite Humano do SUS.	Iniciativa	IFF
		06B1	Fortalecimento a Cooperação Sul-Sul na implantação de novos Bancos de Leite Humano, ampliando de 34 para 38 o número de assessorias técnicas aos países que integram a Rede Latino-Ibero-Afro-Americana de BLHs.	Iniciativa	IFF
		04GH	Ampliar de 166 mil para 182 mil o número de recém-nascidos beneficiados ao ano pelo Programa de Bancos de Leite Humano no Brasil. (*)	Meta	IFF

Fonte: PPA 2016-2019, MP

(*) Constituem as metas da Fiocruz submetidas ao Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Quadro 2 – Ações orçamentárias e Metas Físicas da PLOA 2017

2015 - Programa Temático “Fortalecimento do SUS”				
Código da Ação	Nome da Ação	Produto	Descrição da Meta	Meta Física
20KO	Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para a Prevenção e Vigilância de Doenças Transmissíveis e na Resposta às Emergências	Tecnologia de saúde disponibilizada	Unidade	1
20K1	Adequação de Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	Percentual de Usuário Atendido - das solicitações do ano	Percentual	880
20Q4	Operação do Canal Saúde	Hora veiculada	Horas por ano	5.856
20Q7	Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz	Acervo preservado	Unidade	11
20YD	Educação e Formação em Saúde	Pessoa beneficiada	Unidade	6.072
20YD – PO 0008	<i>Educação Permanente e Pós-graduação em Saúde e em Ciência e Tecnologia em Saúde</i>	<i>Egresso assistido</i>	<i>Unidade</i>	<i>727</i>
20YD – PO 0009	<i>Formação e Qualificação Profissional de Nível Médio</i>	<i>Egresso assistido</i>	<i>Unidade</i>	<i>473</i>
20YD – PO 000A	<i>Formação e Qualificação de Profissionais de Saúde, Gestores e Analistas em Gestão para o SUS</i>	<i>Egresso assistido</i>	<i>Unidade</i>	<i>4.872</i>
20YR	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	Farmácia mantida	Unidade	598
20YS	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Copagamento	Farmácia mantida	Unidade	1
2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	Unidade farmacêutica produzida	Milhar	243.000
2B42	Cooperação Técnica Nacional e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde	Cooperação técnica apoiada	Unidade	100
6174	Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	Laudo emitido	Unidade	5.000
6179	Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia	Material produzido	Unidade	2.031.650
6516	Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	Serviço qualificado/avaliado(*)	Unidade	8.814
7674	Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz	Unidade modernizada	Unidade	25
7674 - PO 0000	<i>Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz</i>	<i>Unidade modernizada</i>	<i>Unidade</i>	-

7674 - PO 0002	<i>Estruturação de Laboratórios de Pesquisa Biomédica</i>	<i>Unidade modernizada</i>	<i>Unidade</i>	25
8305	Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infeciosas	Paciente atendido	Unidade	80.070
8315	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	Pesquisa realizada	Unidade	1.790
8327	Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	Exame laboratorial realizado	Unidade	247.000
13DT	Construção da Nova Unidade Administrativa da Fiocruz	Obra concluída	% de execução física	4
13DU	Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará	Obra concluída	% de execução física	2
13DV	Construção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG	Obra concluída	% de execução física	18
13DW	Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos	Obra concluída	% de execução física	23
147J	Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia	Obra concluída	% de execução física	4
14UO	Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS	Obra concluída	% de execução física	1
14UO - PO 0003	<i>Construção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde da Fiocruz em Porto Velho/RO</i>	<i>Obra concluída</i>	<i>% de execução física</i>	7
14UO - PO 0005	<i>Expansão do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Fiocruz Paraná</i>	<i>Obra concluída</i>	<i>% de execução física</i>	2
14UO - PO 0006	<i>Construção de novas instalações para o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Fiocruz Amazonas</i>	<i>Obra concluída</i>	<i>% de execução física</i>	3
14UO - PO 0007	<i>Implantação do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde da Fiocruz</i>	<i>Obra concluída</i>	<i>% de execução física</i>	4

Fonte: SIOP, 2016

(*) Produto da PLOA é Serviço qualificado/avaliado, mas o monitoramento feito pela Fiocruz é o nº de reagentes diagnósticos produzidos e kits diagnósticos produzidos

Anexo II – Produtos da Ação 7674 – Modernização - referentes a Qualidade

Código	Produto	Tipo
7674.05	Requisito da Norma da Qualidade atendido	Sintético
7674.05.001	Requisito atendido conforme NBR ISO 9001:2015 atendido	Analítico
7674.05.002	Requisito atendido conforme NBR ISO 14001:2015	Analítico
7674.05.003	Requisito atendido conforme NBR ISO 15189:2015	Analítico
7674.05.004	Requisito atendido conforme NBR ISO/IEC 17025:2005	Analítico
7674.05.005	Requisito atendido conforme NBR ISO/IEC 17043:2010	Analítico
7674.05.006	Requisito atendido conforme NBR 15419:2006	Analítico
7674.05.007	Requisito atendido conforme BPC	Analítico
7674.05.008	Requisito atendido conforme BPF	Analítico
7674.05.009	Requisito atendido conforme BPL	Analítico
7674.05.010	Requisito atendido conforme de Boas Práticas em Coleções	Analítico
7674.05.011	Requisito atendido conforme NBR ISO/IEC Série 27000	Analítico
7674.05.012	Requisito atendido conforme ISO GUIA 34:2012	Analítico
7674.05.013	Requisito atendido conforme OHSAS 18001:2007	Analítico
7674.05.014	Requisito atendido conforme Boas Práticas na Pesquisa Científica	Analítico
7674.05.015	Requisito atendido conforme Normas de Biossegurança (NR 32) atendido	Analítico
7674.05.016	Requisito da Qualidade nos Serviços de Saúde atendido	Analítico
7674.05.017	Requisito de GesPública atendido	Analítico
7674.05.018	Requisito da AAALAC atendido	Analítico
7674.05.019	Requisito da OMS (pré-qualificação na área de medicamentos) atendido	Analítico
7674.05.020	Requisito da OMS (pré-qualificação na área de vacinas) atendido	Analítico
7674.05.021	Requisito da Portaria SVS/MS Nº 70 atendido	Analítico
7674.06	Sistema de gestão da qualidade implantado, certificado e/ou mantido de acordo com a Norma	Sintético
7674.06.001	SGQ conforme NBR ISO 9001:2015 implantado	Analítico
7674.06.002	SGQ conforme NBR ISO 14001:2015 implantado	Analítico
7674.06.002	SGQ conforme NBR ISO 15189:2015 implantado	Analítico
7674.06.004	SGQ conforme NBR ISO/IEC 17025:2005 implantado	Analítico
7674.06.005	SGQ conforme NBR ISO/IEC 17043:2010 implantado	Analítico
7674.06.006	SGQ conforme NBR 15419:2006 implantado	Analítico
7674.06.007	BPC –Documento das Américas implantadas	Analítico
7674.06.008	BPF implantadas	Analítico
7674.06.009	BPL implantadas	Analítico

Código	Produto	Tipo
7674.06.010	Boas Práticas em Coleções implantadas	Analítico
7674.06.011	Boas práticas em Tecnologia da Informação e Comunicação implantadas	Analítico
7674.06.012	SGQ ABNT ISO GUIA 34:2012 implantadas	Analítico
7674.06.013	SGQ OHSAS 18001:2007 implantadas	Analítico
7674.06.014	Boas Práticas na Pesquisa Científica implantadas	Analítico
7674.06.015	Biossegurança (NR 32) implantada	Analítico
7674.06.016	Qualidade nos Serviços de Saúde implantadas	Analítico
7674.06.017	Acreditação pela AAALAC concedida	Analítico
7674.06.018	Pré-qualificação na área de medicamentos concedida pela OMS	Analítico
7674.06.019	Pré-qualificação na área de vacinas concedida pela OMS	Analítico
7674.06.020	Laboratório de Referência habilitado conforme Portaria SVS/MS Nº 7	Analítico



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional
Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação

1

GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA A CLASSIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DE DESPESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2017/2018

Plano Diretor de Tecnologia da Informação



1. Elementos de despesa de Tecnologia da informação

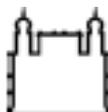


Figura 1. Classificação das despesas de Tecnologia da Informação



2. Classificação completa

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
3.3.90.30.17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (consumo): Registra o valor das despesas com suprimentos de TI, inclusive peças para reposição, cartuchos de tinta, capas plásticas protetoras para micros e impressoras, CD-ROM virgem disquetes, leitora/ <i>smartcard</i> , mouse e teclado (reposição), mouse <i>pad</i> , peças e acessórios para computadores e periféricos recarga de cartuchos de tinta, toner para impressoras a laser, cartões magnéticos, reposição de leitora/ <i>token pen-drive</i> /outros.
3.3.90.35.04	CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: Registra as despesas decorrentes de contratos com pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços de tecnologia da informação. Observação: São classificadas nessa conta contábil as despesas com o diagnóstico e a formulação de soluções em tecnologia da informação, as quais não resultam em aumento da capacidade de produção ou vida útil do bem.
3.3.90.36.54	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (serviço prestado por PF): Registra o valor das despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de máquinas e equipamentos de processamento de dados e periféricos. Observação: As despesas classificadas nesse subitem não acrescentam valor contábil ao bem.
3.3.90.36.57	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE T.I. (serviço prestado por PF): Registra o valor das despesas com serviços prestados por profissionais técnicos na área de tecnologia da informação.



	<p>Observação: São registradas nessa conta contábil as despesas decorrentes de serviços prestados por pessoa física, pagos diretamente a esta. Essas despesas não agregam valor contábil ao bem.</p>
3.3.90.37.09	<p>MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (locação de mão de obra): Registra o valor das despesas com serviços, atualização e adaptação de software, suporte, manutenção, revisão, correção de problemas operacionais, manutenção de sustentação (corretiva, preventiva e adaptativa) de software e renovação de licença de uso de software, adaptações de software sem acréscimo de funções.</p> <p>Observação: A despesa com a manutenção de software será classificada nesse ED quando a prestação de serviços for realizada por pessoa jurídica com especificação no contrato do quantitativo físico do pessoal. Os serviços prestados não acrescentam novas funcionalidades ao programa.</p>
3.3.90.39.08	<p>MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (serviço prestado por PJ): Registra o valor das despesas com serviços, suporte, manutenção, revisão, correção de problemas operacionais, manutenção de sustentação (corretiva ou preventiva) de software e renovação de licença de uso, sem acréscimo de funções.</p> <p>Observação: A despesa com a manutenção de software será classificada nesse ED quando o órgão contratar uma empresa para prestar o serviço e não estiver estipulado no contrato o quantitativo de funcionários que irão prestar o serviço. Os serviços prestados não acrescentam novas funcionalidades ao programa.</p>
3.3.90.39.11	<p>LOCAÇÃO DE SOFTWARES: Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de aluguel de programas de processamento de dados.</p>
3.3.90.39.30	<p>HOSPEDAGEM DE SISTEMAS: Serviços de <i>DataCenter</i> por modelos como <i>hosting</i> ou <i>colocation</i>.</p> <p>Observação: <i>Hosting</i>: armazenamento de arquivos, como por exemplo, de um sítio da internet, fora dos servidores do órgão. <i>Colocation</i>: contratação de hospedagem compartilhada de servidores.</p>



3.3.90.39.31	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROC. DE DADOS: Registra o valor das despesas com remuneração de serviços de aluguel de equipamentos de processamento de dados e periféricos.
3.3.90.39.57	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE T.I. (Serviços prestador por PJ): Registra o valor das despesas com serviços prestados por profissionais técnicos na área de tecnologia da informação. Observação: São registradas nessa conta contábil as despesas decorrentes de serviços prestados por pessoa jurídica. Essas despesas não agregam valor contábil ao bem.
3.3.90.39.95	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (serviços prestados por PJ): Registra o valor das despesas com serviços de manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados hardware. Observação: As despesas classificadas nesse subitem não acrescentam valor contábil ao bem.
3.3.90.37.27	SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO T.I. (locação de mão de obra): Serviços de operação e monitoramento para suporte a infraestrutura da rede, mainframe, highend e outras plataformas de T.I.
3.3.90.39.27	SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO T.I. (serviço prestado por PJ): Serviços de operação e monitoramento para suporte a infraestrutura da rede, mainframe, highend e outras plataformas de T.I.
3.3.90.37.28	SUPORTE A USUÁRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO T.I. (locação de mão de obra): Despesas com o atendimento de usuários finais de TI, englobando serviços remotos de atendimento telefônico e serviços de atendimento local. No caso de contratos de callcenter devem ser registrados nesta conta somente os contratos cujo atendimento direciona-se predominantemente a serviços de T.I. ou se gestão do contrato for de responsabilidade da área de T.I. Observação: A prestação do serviço pode ser realizada mediante atendimento presencial, telefone ou internet.



3.3.90.39.28	<p>SUORTE A USUÁRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO T.I. (serviços prestados por PJ): Despesas com o atendimento de usuários finais de TI, englobando serviços remotos de atendimento telefônico e serviços de atendimento local. No caso de contratos de callcenter devem ser registrados nesta conta somente os contratos cujo atendimento direciona-se predominantemente a serviços de T.I. ou se gestão do contrato for de responsabilidade da área de T.I.</p> <p>Observação: A prestação do serviço pode ser realizada mediante atendimento presencial, telefone ou internet.</p>
3.3.90.39.97	<p>COMUNICAÇÃO DE DADOS: Registra o valor das despesas com serviços de comunicação de dados.</p> <p>Exemplos: locação de circuito de dados locais ou interurbanos para atendimento de nós de comutação concentração e nos de acesso da rede de comunicação serviços de rede privativa virtual SLDD TOPNET - DATASAT PLUS DATASAT-BI ATMNET INTERNET IP DIRETO STM400 FASTNET - REMAV FRAME-RELAY SDH.</p>
4.4.90.30.17	<p>MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (consumo): Registra o valor das despesas com suprimentos de TI, inclusive peças que impliquem em relevantes alterações nas características funcionais, como por exemplo substituição de processador com aumento da velocidade da máquina ou de sua vida útil.</p> <p>Exemplo 1: Troca da placa de memória de um computador para outra de maior capacidade.</p> <p>Exemplo 2: Registra-se nesse subitem a despesa com a inclusão de uma leitora de CD a ser instalada em um computador, pois houve aumento do tamanho físico do ativo por meio da adição complementar, agregadas ao valor contábil do bem.</p>
4.4.90.35.04	<p>CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: Registra as despesas decorrentes de contratos com pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços de tecnologia da informação que ocasionem aumento da vida útil do</p>



	<p>bem imobilizado, incremento em sua capacidade produtiva ou diminuição do custo operacional.</p> <p>Observação: Devem ser registradas nessa categoria econômica as despesas com consultoria que resultar em uma melhoria com aumento da capacidade de produção ou vida útil do bem. Exemplo: Consultoria em sistema de redes.</p>
4.4.90.36.54	<p>MANUTENÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (serviços prestados por PF): Registra o valor das despesas com serviços que ocasionem o aumento da vida útil do bem imobilizado, incremento em sua capacidade produtiva ou da diminuição do custo operacional.</p>
4.4.90.36.57	<p>SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE T.I. (serviço prestado por PF): Registra o valor das despesas com serviços prestados por profissionais técnicos, pessoas físicas, na área de tecnologia da informação, quando a alteração realizada implicar aumento na vida útil do bem, incremento em sua capacidade produtiva ou diminuição do custo operacional. Como regra aumenta o valor contábil do bem.</p> <p>Observação: Devem ser registrados nesse ED as apropriações das despesas com outros serviços de terceiros de natureza eventual prestada por pessoa física sem vínculo empregatício. As despesas com serviço técnico serão classificadas na categoria econômica capital quando agregar valor contábil ao bem. Serão registradas neste subitem as despesas orçamentárias que não encontrem correspondência em subitem específico de T.I. no elemento 36.</p>
4.4.90.39.57	<p>SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE T.I. (Serviços prestador por PJ): Registra o valor das despesas com serviços prestados por profissionais técnicos, pessoas jurídicas, na área de tecnologia da informação quando a alteração realizada implicar aumento na vida útil do bem, incremento em sua capacidade produtiva ou diminuição do custo operacional. Como regra aumenta o valor contábil do bem.</p> <p>Observação: Devem ser registrados nesse ED as apropriações das despesas com outros serviços de terceiros pessoa jurídica. As despesas com outros serviço</p>



	técnico serão classificadas na categoria econômica capital quando agregar valor contábil ao bem.
4.4.90.39.95	MANUTENÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (serviços prestados por PJ): Registra o valor das despesas com serviços que ocasionem o aumento da vida útil do bem imobilizado, incremento em sua capacidade produtiva ou da diminuição do custo operacional. Observação: Os registros serão efetuados nesse subitem se houver aumento do valor contábil do bem
4.4.90.52.35	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (permanente): Registra o valor das despesas com todas as máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados em processamento de dados de qualquer natureza, exceto quando for aquisição de peças destinadas a reposição diretamente ao equipamento ou mesmo para estoque. Caneta óptica, controladora de linhas urna eletrônica disco e fita magnéticos, impressora, kit multimídia, leitora micro e minicomputadores, mesa digitalizadora, modem, monitor de vídeo, placas processador, scanner, teclado para micro, leitora/token leitora/smartcard e outros. Observação: Nesse ED são classificados os materiais que em razão de seu uso corrente, não perdem sua identidade física, ou tem uma durabilidade superior a dois anos. Normalmente as peças de informática devem ser contabilizadas como despesa de capital.
4.4.90.37.93	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE (Locação de mão de obra): Registra o valor das despesas com aquisição de software pronto, por meio de contrato de adesão (software de prateleira); e registra o valor das despesas com desenvolvimento de software, dentro ou fora da unidade, adaptado as suas necessidades. São softwares encomendados, com aceitação expressa do contrato de licença. Observação: Na aquisição de software, pronto ou por encomenda, ocorre a incorporação de ativo imobilizado ou intangível. Para saber se um ativo contém elementos tangíveis ou intangíveis a entidade avalia qual elemento é mais significativo. Se o software é parte integrante do computador, ou seja, a



	<p>máquina não funciona sem esse software, ele deve ser tratado como ativo imobilizado. Se o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível.</p> <p>Exemplos: Aplicativos como o Microsoft Office e o programa antivírus deverão ser tratados como ativo intangível, pois ambos não são partes integrantes da máquina, ou seja, o computador funciona sem estes.</p>
	<p>AQUISIÇÃO DE SOFTWARE (Serviços prestador por PJ): Registra o valor das despesas com aquisição de software pronto, por meio de contrato de adesão (software de prateleira); e registra o valor das despesas com desenvolvimento de software, dentro ou fora da unidade, adaptado as suas necessidades. São softwares encomendados, com aceitação expressa do contrato de licença.</p> <p>Observação: Na aquisição de software, pronto ou por encomenda, ocorre a incorporação de ativo imobilizado ou intangível. Para saber se um ativo contém elementos tangíveis ou intangíveis a entidade avalia qual elemento é mais significativo. Se o software é parte integrante do computador, ou seja, a máquina não funciona sem esse software, ele deve ser tratado como ativo imobilizado. Se o software não é parte integrante do respectivo hardware, ele deve ser tratado como ativo intangível.</p> <p>Exemplos: Aplicativos como o Microsoft Office e o programa antivírus deverão ser tratados como ativo intangível, pois ambos não são partes integrantes da máquina, ou seja, o computador funciona sem estes.</p>
4.4.90.37.92	<p>DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE (Locação de mão de obra): Serviços de atualização e adaptação de software, com acréscimo de funções (evolutiva).</p> <p>Observação: Serviços de modificação de características de um software através de modificação do código-fonte, acrescentado a ele novas funcionalidades.</p>
4.4.90.39.92	<p>DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE (Serviços prestador por PJ): Serviços de atualização e adaptação de software, com acréscimo de funções (evolutiva).</p> <p>Observação: Serviços de modificação de características de um software através de modificação do código-fonte, acrescentado a ele novas funcionalidades.</p>



4.4.90.39.48	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO: Registra o valor das despesas com serviços prestados nas áreas de instrução e orientação profissional, recrutamento e seleção de pessoal (concurso público) e treinamento. Exemplo: Pagamento de cursos de pós-graduação, MBA, doutorado, congressos, cursos de aperfeiçoamento profissional.
--------------	---